

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – UHE SÃO MANOEL

Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico

CONTROLE DE REVISÃO		
CÓDIGO	REVISÃO	DATA
P00.SM-036/14	00	30/01/2014
P00.SM-038/14	01	30/04/2014
P00.SM-038/14	02	08/10/2014

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO

SUMÁRIO

38.	PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO	1
38.1	Justificativa	1
38.1.1	Justificativa Científica	1
38.1.2	Justificativa Legal	7
38.2	Objetivos.....	7
38.3	Metas.....	8
38.4	Base Legal e Normativa.....	8
38.5	Área de Abrangência do Programa.....	9
38.6	Metodologia	9
38.6.1	Conceituação Científica	9
38.6.1.1	Abrangência do Programa	9
38.6.1.2	Arqueologia das Paisagens Culturais (Environmental Archaeology)	11
38.6.1.3	Arqueologia Pública e Colaborativa	14
38.6.2	Atividades a serem desenvolvidas	16
38.6.2.1	Elaboração do Projeto Científico e Legalização do Programa.....	17
38.6.2.2	Atividades de Campo: ações de prospecção arqueológica	17
38.6.2.3	Atividades de Campo: ações de resgate arqueológico.....	18
38.6.2.4	Trabalhos de Laboratório	19
38.6.2.5	Ações de Pesquisa em Patrimônio Histórico e Cultural (material e imaterial)...	20
38.6.2.6	Ações de Envolvimento da Comunidade e Educação Patrimonial	21
38.6.3	Controles de Gerenciamento	29
38.6.3.1	Plataforma eletrônica GP3.....	29
38.6.3.2	Adaptive Management	29
38.7	Indicadores	34
38.8	Produtos	34
38.9	Interface com outros Planos e Programas	35
38.10	Parcerias Recomendadas.....	35
38.11	Equipe Técnica Envolvida.....	36
38.12	Referências Bibliográficas.....	36
38.13	Cronograma Físico	50

38. PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO

Este texto apresenta o PBA do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE São Manoel (etapas prospecção, resgate e educação patrimonial), empreendimento localizado nos municípios de Jacareacanga e Paranaíta, Estados do Pará e Mato Grosso.

O escopo das atividades a serem desenvolvidas atende às regras definidas pela Portaria Interministerial n. 419/2011, pelas Portarias Normativas IPHAN 07/1988 e 230/2002 e pela Resolução CONAMA 01/1986, aliado às especificidades do contexto científico e cultural apresentado pela região em tela.

O texto que segue traz o conjunto de dados, a conceituação teórico-metodológica, os procedimentos a serem adotados, o cronograma e os resultados previstos para sua realização.

38.1 Justificativa

O desenvolvimento do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE São Manoel, em suas etapas de prospecção, resgate e educação patrimonial tem justificativa de duas naturezas: justificativa científica e justificativa legal. O texto abaixo detalha cada uma delas.

38.1.1 Justificativa Científica

A região abrangida pela UHE São Manoel, localizada no médio curso do rio Teles Pires e integrando a bacia do rio Tapajós, apresenta um conjunto de evidências que aponta para uma diversidade de frentes de ocupação humana que se desenvolveram na área, ao longo do tempo e desde pelo menos 25.000 anos. Efetivamente, esta área está inserida em uma região histórica e culturalmente diversificada, desde tempos pré-coloniais até os dias de hoje. Neste contexto destacam-se os seguintes macro cenários científicos, que serão considerados e detalhados ao longo do presente Programa, a saber:

1. A Arqueologia da região indica presença de grupos humanos desde ao menos 25.000 anos. Este período mais antigo é caracterizado por grupos caçadores e coletores que ocuparam extensivamente todo o Planalto Central Brasileiro tendo como principal vestígio uma indústria lítica lascada tecnologicamente refinada, que aparece em sítios a céu aberto, ou, então, aproveitando abrigos rochosos e entradas de grutas.
2. Aproximadamente a partir de 5.000 anos estes grupos caçadores-coletores já se encontram densamente ocupando o Planalto Central, iniciando práticas de experimentação de cultivo e domínio de novas tecnologias, onde se destaca a fabricação de artefatos cerâmicos e líticos polidos. Os sítios arqueológicos

passam a ser mais numerosos e sugerem um processo de aumento e sedentarização populacional.

3. Já há cerca de 2.000 anos atrás a região passa a ser ocupada por extensas aldeias (podendo alcançar mais de 400 metros de diâmetro e reunir centenas ou até milhares de habitantes) ocupadas por grupos ceramistas que desenvolviam uma agricultura intensiva com cultivo de vários produtos como o milho, feijão, algodão, amendoim, tabaco, entre outros. Muitos destes grupos permanecem nas áreas até a chegada do colonizador europeu, com quem mantiveram contato.
4. Este período pré-contato (séculos XI a XVI-XVII) é marcado por intensos fenômenos de interação cultural entre as sociedades indígenas do Planalto Central, por vezes abrangendo amplos territórios: não raro são identificadas, por exemplo, peças arqueológicas em sítios do interior que provêm do litoral, ou ainda do Pantanal ou da Amazônia, retratando as redes de troca e contato então existentes.
5. O contato com o colonizador europeu define uma nova dinâmica histórica para a região, incluindo diferentes movimentos de mudança e/ou adaptação cultural por parte das sociedades indígenas, *vis-à-vis* aos processos de ocupação territorial levados a cabo pelos portugueses.
6. Sucedem-se, a partir daí, os ciclos econômicos de exploração de produtos (minérios, pecuária, agricultura, entre outros), definindo um caráter peculiar advindo do contato e miscigenação entre as populações branca, indígena e, posteriormente, negra, que formam a sustentação da sociedade nacional.
7. A partir deste macro contexto arqueológico e histórico, é de se esperar que a área da UHE contenha diversificados vestígios relacionados e estas diferentes ocupações humanas que, ao longo do tempo, ali se desenvolveram. Estes vestígios poderão ocorrer na forma de sítios arqueológicos/ históricos como pequenos acampamentos, sítios cemitério, extensas aldeias habitacionais, ruínas históricas, entre outros.
8. Por outro lado, esta região ainda é arqueologicamente pouco pesquisada, fazendo com que novos estudos tragam dados relevantes para o melhor conhecimento de seu multifacetado contexto humano de ocupação.
9. Esta região foi, ainda, território de ocupação de comunidades indígenas que hoje ocupam Terras delimitadas pelo governo, especialmente as etnias Kayabi, Apiaká e Munduruku. Portanto, a área deve conter vestígios ligados a estas ocupações indígenas históricas, merecendo tratamentos específicos.
10. De um modo geral, estima-se um alto grau de conservação dos vestígios arqueológicos, considerando a preservação de sua cobertura vegetal.

11. Espera-se, finalmente, um alto registro de eventos histórico-culturais regionais, considerando a ocupação tradicional dos Estados do Mato Grosso e Pará.

Por outro lado, estudos desenvolvidos na área específica da UHE São Manoel (relativos à Etapa Diagnóstico – EPE & Consórcio Leme/Concremat, 2009), bem como outras pesquisas realizadas nos municípios de Paranaíta e Jacareacanga (BUDWEG 1998, 1999; PINHEIRO 1994, MIGLIACIO 2007; ROBRAHN-GONZÁLEZ 2009, 2011 incluindo o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE Teles Pires, em implantação, confirmam o quadro acima sintetizado e fornecem o registro de um patrimônio cultural expressivo. O **Quadro 38 - 1** traz uma listagem deste patrimônio já conhecido e cadastrado. Todavia, há que se salientar que estes sítios certamente não correspondem ao total de patrimônio arqueológico regional, mas, sim, estão relacionados à intensidade de pesquisas realizadas, que até o momento se restringem a áreas restritas.

Quadro 38 - 1 – Listagem de sítios arqueológicos para os municípios de Paranaíta e Jacareacanga

NOME DO SÍTIO	TIPO	MUNICÍPIO	COORDENADAS UTM
Teles Pires 1	Cerâmico, Lítico	Paranaíta	21L 0570306 – 8947149
Teles Pires 2	Cerâmico	Paranaíta	21L 0561004 – 8951347
Teles Pires 3	Cerâmico	Paranaíta	21L 0561977 – 8949434
Teles Pires 4	Cerâmico	Paranaíta	21L 0555386 – 8951735
Teles Pires 5	Cerâmico	Paranaíta	21L 0555856 – 8953855
Teles Pires 6	Cerâmico	Paranaíta	21L 0555780 – 8954894
Teles Pires 7	Lítico (oficina de polimento)	Paranaíta	21L 0534444 – 8964009
Teles Pires 8	Cerâmico	Paranaíta	21L 0531301 – 8946662
Teles Pires 9	Cerâmico	Paranaíta	21L 0525322 – 8956176
Teles Pires 10	Cerâmico	Paranaíta	21L 0519259 – 8963071
Teles Pires 11	Cerâmico	Paranaíta	21L 0522596 – 8960568
Teles Pires 12	Cerâmico	Paranaíta	21L 0556053 – 8955744
Teles Pires 13	Cerâmico	Paranaíta	21L 0547235 – 8962693
Teles Pires 14	Cerâmico	Paranaíta	21L 0553469 – 8957085
Pedra Preta	Arte Rupestre, Cerâmico e Lítico	Paranaíta	21 L 0540080 – 8942549
Cajueiro	Cerâmico	Paranaíta	21 L 555817 – 8948220
Teles Pires	Cerâmico	Paranaíta	21 L 555966 – 8955548
Rosa Branca	Cerâmico	Paranaíta	21 L 517605 – 8966156
Terra Vermelha	Cerâmico	Paranaíta	21 L 523503 -8956444
Terra Vermelha II	Cerâmico	Paranaíta	21 L 507827 – 8956158
Caldeirão do Teles Pires	Arte rupestre	Jacareacanga	Não consta

NOME DO SÍTIO	TIPO	MUNICÍPIO	COORDENADAS UTM
Pedra da Onça	Arte rupestre, alinhamento de pedras	Paranaíta	09°40'58" S / 56°46'05" W
Pedra do Gato	Arte rupestre e um "menir" com gravuras	Paranaíta	09°29'45" S / 56°40'44" W
Pedra da Cruz	Laje com alinhamentos ortogonais de pedra	Paranaíta	09°29'57" S / 56°40'44" W
Pedra do Galileu	Laje com alinhamentos de pedras	Paranaíta	09°38'55" S / 56°38'39" W
Pedra do Mineiro	Laje com 4 alinhamentos de pedras	Paranaíta	09°53'55" S / 56°40'33" W
Vovô Pedro Paulo	Polidor fixo	Paranaíta	21L 504772 UTM 8948767
Josué da Mata	Cerâmico a céu aberto	Paranaíta	21L 507991 UTM 8956280
Gruta Duas Pontas	Lito cerâmico em abrigo	Paranaíta	21L 508044 UTM 8957678

Este quadro indica a existência de sítios de naturezas variadas (cerâmicos a céu aberto, cerâmico em abrigos, sítios de arte rupestre, sítios líticos). Dentre estes sítios, merece destaque o denominado "Pedra Preta" pelo complexo conjunto de figuras e painéis rupestres de grandes proporções. Para este sítio foi desenvolvido, em 2007, o "Projeto de Pesquisa Arqueológica, Plano de Gestão e estratégia de uso público do sítio arqueológico de Pedra Preta, em Paranaíta, Mato Grosso", coordenado pela Dra. Maria Clara Migliacio e produzido pela PASCON com subsídios do Ministério do Meio Ambiente. Atualmente este sítio está sendo estudado com objetivo de tombamento federal, dentro do Programa Arqueológico da UHE Teles Pires (ROBRAHN-GONZÁLEZ 2011).

Dos 29 sítios indicados pelo **Quadro 38 - 1**, cinco deles (Cajueiro, Teles Pires, Rosa Branca, Terra Vermelha e Terra Vermelha II) foram cadastrados durante os estudos diagnósticos da UHE São Manoel, mas todos se localizam em sua Área de Influência Direta (AID).

Já quanto ao Patrimônio Material e Imaterial, os **Quadros 38 - 2 e 38 - 3** apresentam uma listagem dos bens levantados pelo Programa de Preservação do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da UHE Teles Pires (ROBRAHN-GONZALEZ 2009, 2011).

Assim, a presença positiva, e já reconhecida, de um patrimônio cultural, histórico e arqueológico na ADA da UHE Teles Pires, aliado ao baixo conhecimento que a literatura traz sobre o tema, aponta uma justificativa científica relevante para a implantação do presente Programa.

Quadro 38 - 2 – Exemplos de Patrimônio Material

PATRIMÔNIO	TIPO	MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS
Artes Plásticas	Pinturas em telas e em material reciclado	Paranaíta	A Artista plástica Eliane George produz pinturas em tela. Utiliza armação de madeira coberta com tela de arame e flores em alto relevo.
Artes Plásticas	Pinturas em telas e em material reciclado	Paranaíta	A Artista Plástica Cledir Bloss produz suas obras em telas convencionais, bem como em material reciclado como tubos de PVC, pedaços de madeira, sementes, conchas, estopa e outros. A principal característica de suas obras são as gravuras inspiradas dos motivos gráficos encontrados no sítio arqueológico Pedra Preta.
Artes em Madeira	Entalhes, gamelas, porta treco e peças decorativas e utilitárias para cozinha	Paranaíta	A Artesã Gislaíne Cristina Martins utiliza madeiras descartadas pelas marcenarias e serrarias para produção de gamelas, bandejas, pequenas prateleiras decorativas, porta frutas, porta treco em formato de baú.
Artesanato com sementes	Vasos e mini quadros decorativos	Paranaíta	A Artesã Marilena Aparecida utiliza sementes e ouriços da floresta para a produção de vasos decorativos com motivos em forma de flores, bem como pequenos quadros de mesa, utilizando uma base de madeira compensada com motivos florais.
Bijuterias com sementes	Colares, brincos e pulseiras	Paranaíta	As Artesãs Agna Morais e Maria Gil produzem bijuterias usando sementes e outras matérias primas da floresta (fibra de bucha e ossos)
Coleções Arqueológicas Particulares	Machados de Pedra, Vaso de cerâmica e Máscara de cerâmica	Paranaíta	Machados de pedra polidos de tamanhos diversos, vasilha cerâmica sem decoração do tipo lisa e uma máscara de cerâmica em alto relevo.

Quadro 38 - 3 – Exemplos de Patrimônio Imaterial

IDENTIFICAÇÃO	PERÍODO DE OCORRÊNCIA	CARACTERIZAÇÃO GERAL	MUNICÍPIO
Fest Praia	06 a 09 de Setembro	Compreende uma festa musical dançante e torneio de pesca esportiva. Realizados entre os dias 6 e 9 de setembro. Promovida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Paranaíta.	Paranaíta
Jiri Tur	Mês de Julho	Trata-se de uma competição de Jirico (Baco-baco), veículo automotor montado artesanalmente em oficinas e fundos de quintais a partir de chassis de veículo comum (tipo camionete ou jipe) usando um motor estacionário e revestido com lataria de carro ou, ainda, tábuas de madeira.	Paranaíta
Festa de São Pedro	Julho	Integra as festas juninas	Paranaíta Jacareacanga
Exposição Agropecuária	Junho	Reúne expositores regionais e conta com participação de diversos municípios	Paranaíta
Festas comunitárias	Ano todo	Ocorrem a cada final de semana, em uma comunidade diferente	Paranaíta
Lenda do Mapinguari		Ossada encontrada e associada pela comunidade a esta lenda está no museu de Itaituba	Jacareacanga
Festa do Índio Feira Cultural Indígena	19 de abril	Danças, artesanato. Realizada na praça do município	Jacareacanga
Peregrinação de católicos		Ocorre junto ao Morro de São Benedito, onde existe uma imagem gravada de São Benedito	Jacareacanga

38.1.2 Justificativa Legal

O desenvolvimento do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE São Manoel (etapas prospecção, resgate e educação patrimonial) está apoiado em legislação específica de proteção (Leis Federais, Constituição 1998), considerando incorporar patrimônio público, definido como Bem da União.

Por outro lado, o Programa está também apoiado em instrumentos normativos (Portaria Interministerial, Portarias Normativas IPHAN, Resoluções CONAMA) que regulam o desenvolvimento de pesquisas e tratamento a este Patrimônio (vide Base Legal e Normativa, Capítulo 2).

Finalmente, este Programa está apoiado no atendimento ao Ofício MA/LL 031-2011 relacionado ao licenciamento ambiental da Usina.

O atendimento a este conjunto de leis, instrumentos normativos e documentos constitui, assim, a justificativa legal do presente Programa.

38.2 Objetivos

Os objetivos gerais deste trabalho podem ser sintetizados em quatro grandes itens:

1. Desenvolver o Programa de Gestão do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE São Manoel, em suas etapas de Prospecção, Resgate e Educação Patrimonial (LI e LO);
2. Atender à legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto a este patrimônio;
3. Produzir conhecimento científico sobre a área, contribuindo para a ampliação do conhecimento da cultura nacional;
4. Envolver a comunidade no desenvolvimento dos trabalhos, visando contribuir na valorização e preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural brasileiro.

De uma perspectiva científica, este Programa tem como premissas a identificação e caracterização das diversas sociedades humanas que ocuparam e ocupam a região buscando, em especial, suas dimensões espaciais e cronológicas, assim como sua inserção em contextos arqueológicos, históricos e culturais de caráter macrorregional. Para tal finalidade a abordagem envolve a identificação e inserção geográfica, ambiental e temporal dos sítios arqueológicos/históricos e bens culturais da região, testemunhos das sociedades humanas que habitaram e habitam a área de abrangência da obra aqui tratada.

38.3 Metas

Como metas para este programa, temos:

- Prospecção de 100% das áreas de intervenção direta do empreendimento;
- Resgatar todos os sítios arqueológicos indicados pelo IPHAN.

38.4 Base Legal e Normativa

Este Programa atende a legislação brasileira no que se refere à proteção ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural, considerando:

1. O Decreto-Lei n. 25, de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
2. A Lei n. 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional.
3. A Constituição Federal de 1988 (artigo 216), que define o patrimônio cultural brasileiro, de natureza material e imaterial, garantindo sua guarda e proteção.
4. O Decreto nº 3.551, de 04.08.00, que criou um registro de bens culturais de natureza imaterial.

Por outro lado, este Programa considera também as diretrizes normativas e operacionais fornecidas pelos seguintes instrumentos:

1. A Resolução CONAMA 01/86, especificamente artigo 6, inciso I, alínea C, onde são destacados os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação do Empreendimento (LP, LI, LO).
2. A Resolução CONAMA 07/97, que vem detalhar as atividades e produtos esperados no âmbito do licenciamento ambiental.
3. O Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos (ELETROBRÁS/ ELETRONORTE, março/1986), que detalha as especificidades operacionais dos programas ambientais.
4. A Portaria IPHAN/MinC 07, de 01.12.1988, que normatiza e regulamenta as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional, bem como define o acompanhamento e aprovação dos trabalhos.

5. A Portaria IPHAN/MinC 230, de 17.12.2002, que define o escopo das pesquisas a serem realizadas durante as diferentes fases de licenciamento de obra.
6. A Portaria Interministerial n. 419/2011, que regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental.

38.5 Área de Abrangência do Programa

Como Área Diretamente Afetada (ADA) deste Programa considera-se os seguintes terrenos, sobre os quais serão aplicados os procedimentos de pesquisa sistemática, bem como ações de Educação Patrimonial:

1. 3.569 hectares de área inundável do reservatório;
2. 572 hectares de instalação do canteiro de obras;
3. 803 hectares de área insular;
4. Total da ADA: 4.944 hectares.

Já como Área de Influência Direta (AID) considera-se a bacia do rio São Manoel no trecho abrangido pela UHE, incluindo as comunidades ali presentes (além dos usos das terras e das águas que serão ou poderão ser afetados pela implantação e operação do empreendimento) e seus patrimônios arqueológicos, históricos e culturais. Para a AID prevê-se a realização de pesquisas amostrais que complementem científica e socialmente o quadro de informações obtido na ADA, além de ações de Educação Patrimonial.

Como Área de Influência Indireta (AII) consideram-se os municípios de Jacareacanga e Paranaíta, sobre os quais recairão os estudos documentais bibliográficos voltados à contextualização dos patrimônios tratados na ADA e AID. Estarão sendo aplicadas ali também ações de Educação Patrimonial.

Finalmente, como Área de Abrangência Regional (AAR) considera-se a bacia hidrográfica do rio Teles Pires, sobre os quais recairão estudos bibliográficos voltados à contextualização regional e inter-regional dos resultados científicos do Programa.

38.6 Metodologia

38.6.1 Conceituação Científica

38.6.1.1 Abrangência do Programa

Este Programa abrange os diferentes elementos que podem ser, genericamente, sintetizados na rubrica “Patrimônio Cultural” em conformidade à UNESCO, sendo eles:

1. **Patrimônio Arqueológico**, compreendendo os remanescentes físicos e locais na paisagem, referentes às diversas ocupações humanas que se desenvolveram na área pesquisada, em período pré-histórico;
2. **Patrimônio Histórico**, compreendendo o estudo dos diferentes cenários sociais, econômicos e políticos de ocupação da área pesquisada, em período histórico e alcançando até as sociedades atuais;
3. **Patrimônio Material**, compreendendo os elementos físicos materiais relacionados aos Modos de Vida da área, ou seja, as “coisas” que compõem o dia a dia das comunidades. Inclui o patrimônio edificado, os objetos e elementos de materialidade;
4. **Patrimônio Imaterial**, compreendendo os conhecimentos tradicionais e manifestações culturais da comunidade incluindo festejos, cantos, artesanato, medicina popular, culinária tradicional, contos, superstições etc;
5. **Patrimônio Paisagístico**, compreendendo aspectos referentes ao ambiente físico da área ao qual se sobrepõe uma Paisagem Cultural, constituindo um espaço socialmente concebido, percebido e transformado pelos diferentes cenários de ocupação humana que se desenvolveram na região, ao longo do tempo.

Somente através de um tratamento que abranja o conjunto destes diferentes aspectos é que se poderá dar conta da diversidade e complexidade do desenvolvimento pré-histórico e histórico regional. Por outro lado, a abordagem destes diferentes patrimônios parte de alguns princípios basilares no pensamento contemporâneo, no que se refere ao tratamento das questões patrimoniais culturais:

1. Democratizar as práticas para o reconhecimento e identificação do patrimônio cultural, observando as diversas possibilidades de visão e interpretação a seu respeito;
2. Ampliar as possibilidades morfológicas que norteiam o reconhecimento do patrimônio, respeitando as singularidades das experiências históricas de cada cultura e de cada grupo social;
3. Desenvolver práticas de identificação, proteção, recuperação e fomento dos patrimônios que sejam compartilhadas entre os grupos científicos e as comunidades, atuando de modo coordenado e solidário;
4. Compreender o patrimônio cultural como algo vivo e integrado às sociedades, como elementos fundamentais na manutenção da coesão social e da preservação das culturas;

5. Adotar o princípio de que somente com o envolvimento da sociedade, sobretudo das comunidades locais (atuando como parceiros e partícipes de todo o processo de desenvolvimento do Programa), é possível uma política patrimonial que seja durável e sustentável.

Para que isso seja real e eficaz, o patrimônio deve ser visto e incorporado como elemento componente das sociedades e não para além delas, com funções reconhecidas, como vetor de seu desenvolvimento e do bem estar coletivo. Assim, é indispensável a integração das comunidades presentes na região, a fim de que o trabalho incorpore a maneira como cada grupo social se relaciona com o patrimônio (ainda que não o nomeiem, a priori, assim) e o que cada grupo observa e reconhece como tal.

Para o alcance deste objetivo, este Programa está conceitual e metodologicamente baseado no cruzamento de duas vertentes teóricas:

1. Arqueologia das Paisagens Culturais (Environmental Archaeology), no que se refere à prática da pesquisa e do conhecimento científico; e
2. Arqueologia Pública e Colaborativa, no que se refere ao envolvimento da comunidade.

O texto que segue detalha estas duas vertentes teóricas.

Vale salientar que o conjunto de atividades a serem desenvolvidas no tratamento do patrimônio arqueológico, histórico e cultural da UHE São Manoel deve considerar as comunidades indígenas das etnias Kayabi, Munduruku e Apiaka, localizadas em Terras Indígenas que se encontram imediatamente abaixo do futuro eixo da barragem. Estas comunidades deverão não apenas ser envolvidas como um dos grupos sociais abrangidos pelo Programa, mas, em especial, deverão ser considerados possíveis vestígios materiais e imateriais existentes na ADA (aldeias antigas, lugares de memória, paisagens culturais, entre outros) e, nestes casos, ser desenvolvido um trabalho Etnoarqueológico dentro dos preceitos da Arqueologia Étnica. Como esta abordagem deve estar baseada em parcerias estabelecidas, não foi, neste momento, integrado ao presente PBA, nem em termos conceituais e de programação, nem em termos de orçamento, devendo ser-lhe oportunamente inserido.

38.6.1.2 Arqueologia das Paisagens Culturais (Environmental Archaeology)

A conceituação teórica da pesquisa está apoiada no tratamento de Paisagens Culturais, voltada para a análise dos processos e formas de apropriação do espaço ao longo do tempo. O entendimento dispensado ao que passaremos a chamar de “patrimônio paisagístico” necessita que recuperemos alguns elementos da conceituação de cultura e de patrimônio. Isso se faz necessário, pois é a luz da confluência entre estes três conceitos que, individualmente, se esclarecem e sustentam as definições da “paisagem”.

Como “cultura” emprega-se a conceituação a um só tempo ampla e radical, em seu sentido semântico. Cultura como “forma de fazer”, expressão múltipla do estar no mundo,

ocupar, transformar, valorar, significar, construída cotidianamente e em eterna mutação pelos povos. Como “patrimônio”, dentro da trajetória de construção e transformação do conceito, adotou-se aquilo que é herdado, que é transmitido através do tempo e valorado por cada geração, ainda que essa valoração seja absolutamente dinâmica.

Com isso temos a terceira dimensão da questão, a da paisagem. Paisagem é, a priori, um conceito que advém da dimensão cultural da existência. Alguns teóricos tenderam a tentar classificá-la como “espaços marca” ou “espaços matriz”, buscando encontrar nelas características consolidadas, modelares, de espaços “intocados” – portanto “naturais” – e outros espaços “apropriados” – portanto “culturais”. Todavia, a classificação do patrimônio segundo essa taxonomia dual e polarizada, o entendimento de uma “paisagem natural” e outra “cultural” nos parece tão frágil e insustentável quanto o restante das classificações estabelecidas sobre estes rótulos.

O ato de olhar é, por si, tanto natural (por conta de suas características biológicas, fisiológicas, etc.) quanto cultural, dada as diversidades sensoriais permitidas pela imensa variabilidade cognitiva promovida pelas culturas. Em suma: nem todos os seres humanos, vivendo num mesmo tempo, em lugares e culturas distintas, ou mesmo ao longo do tempo, veem da mesma forma, atentam para as mesmas coisas, percebem as mesmas nuances ou, até mesmo, as mesmas formas e cores.

Determinar, então, uma paisagem como “matriz”, por ser supostamente mais “natural”, e outra como “marca”, por ser mais “cultural”, ocultaria o fato de que, novamente, a paisagem como elemento inerente às culturas carrega “valorações” de múltiplas ordens, materiais, simbólicas, etc., e que é essa presença delas no conjunto de itens que compõem uma cultura que as tornam “patrimônios”. Natureza e cultura, assim, não podem ser compreendidas nem tratadas como dimensões independentes, mas como interdependentes e indissociáveis.

A “paisagem” enquanto “forma”, ou “objeto”, tem ainda uma segunda esfera de complicações, pelo fato de, embora seja lastreada, formada e conformada pelo meio físico, ela só é apreensível através do filtro cognitivo do qual tratamos acima. Uma fotografia, um quadro, um vídeo de uma paisagem não a é em si, mas somente uma “representação” da mesma, pois, como “ambiente”, ela carrega todas as dimensões sensoriais que as representações captam apenas lacunarmente, fragmentariamente. A paisagem é formada pela morfologia do espaço, pelas suas características topográficas, hidrográficas, etc., mas, também, pelos sons, texturas, fenômenos óticos. Além disso, as paisagens recebem valorações, simbologias, significações na estruturação das relações sociais, econômicas, políticas, carregam conjuntos de mentalidades, mitologias. As paisagens são “bens” de valor inestimável aos povos por estarem na base de suas vidas, tocando sempre nas dimensões materiais e simbólicas delas. Portanto, não há paisagem sem um observador.

Em síntese, considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, apresenta diversas assinaturas antrópicas que constituem, em conjunto ou separadamente, o objeto de estudo da

denominada **Arqueologia da Paisagem** (Environmental Archaeology). Nessa perspectiva, os estudos sobre o cenário de implantação dos empreendimentos aqui tratados buscam contar com o envolvimento da comunidade diretamente relacionada à área de pesquisa, sobretudo no reconhecimento e identificação dos vários elementos constituintes da paisagem, nos quais se incluem ainda componentes do patrimônio cultural imaterial. Para os períodos de tempo mais antigos (e estudados pela Arqueologia), as paisagens culturais são inferidas a partir da análise dos remanescentes físicos e locais dos vestígios identificados, bem como, pelo seu padrão de distribuição no espaço.

Em seu desenvolvimento conceitual, a ideia de paisagem passa a constituir matéria de análise e interesse das mais diversas áreas do conhecimento como a geografia, antropologia, arquitetura e turismo, dentre outras. Isso acaba por lhe conferir diversas interpretações e graus de importância, tanto em seus aspectos naturais como culturais. Como não podia deixar de ser a Arqueologia, situada na confluência das disciplinas humanas e naturais e, por isso mesmo, dotada de uma vocação intrínseca para a interdisciplinaridade, acabou por se constituir no campo ideal para a convergência de todas estas perspectivas.

Considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, muitas vezes apresenta, como comentado, várias assinaturas antrópicas que constituem, em conjunto ou separadamente, o objeto de estudo da denominada *Arqueologia da Paisagem*. “A paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses “traços fósseis” que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores ao longo do tempo” (Meneses 2002:30). Nessa diretriz, Criado (1999:6) assinalou que a Arqueologia da Paisagem pode ser vista como uma linha de pesquisas arqueológicas orientadas para “... *el estudio y reconstrucción de los paisajes arqueológicos o, mejor, el estudio con metodología arqueológica de los procesos y formas de culturización del espacio a lo largo de la historia*”.

Assim, o meio ambiente é analisado a partir do enfoque ecossistêmico, segundo o qual existe um conjunto de relações mútuas entre os fatores de um meio ambiente e os seres vivos que nele se encontram, caracterizando um conjunto de interações entre os sistemas ambientais e os sistemas sociais e econômicos que delinearão o cenário de implantação do empreendimento em estudo. Dessa maneira, a abordagem ecossistêmica encontra relação com a perspectiva holística, pois, ao invés do estudo individualizado de cada componente do sistema, procura tratar seus componentes de interação.

Em resumo, o entendimento do *design* da ocupação humana na região do empreendimento aqui tratado propicia reconstituições ambientais e paisagísticas a partir da análise das formas de apropriação do meio ambiente físico-biótico em relação ao contexto sociocultural e econômico das comunidades, ao longo do tempo, na busca de uma convergência entre Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural.

38.6.1.3 Arqueologia Pública e Colaborativa

À medida que a Arqueologia foi se firmando enquanto disciplina (especialmente a partir do século XIX), o estudo e interpretação da história humana constitui domínio e atribuição de profissionais cientistas, em busca de um “passado objetivo real”. A própria terminologia cada vez mais técnica da Arqueologia, em boa parte adquirida através da conceituação teórica da *New Archaeology*, já no século XX, perpetua a mistificação da disciplina, e sua prática pressupõe uma crescente alienação junto ao público, fazendo crer que pouco há para ser aprendido com a participação da sociedade nas pesquisas.

Dos colecionadores de peças exóticas da Antiguidade aos dias atuais, a Arqueologia não foi apenas capaz de acumular um conhecimento respeitável sobre o passado humano; discutiu incansavelmente, também, sua responsabilidade ética sobre este passado, à medida que apontava novas e mais abrangentes perspectivas de abordar o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo. Observou-se assim, a partir da década de 1980, uma crescente preocupação no cenário internacional com os aspectos públicos da disciplina.

Este movimento vem sendo internacionalmente denominado “Arqueologia Pública”, voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais interessados, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico, histórico e cultural. Os arqueólogos perceberam que necessitavam reconhecer não somente sua responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, mas igualmente sobre as pessoas cuja herança histórica e cultural estes vestígios se relacionam. Um dos benefícios públicos da Arqueologia está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às medidas de preservação.

No Brasil este momento apresenta uma cor especial. Isto se dá especialmente por conta da conjuntura social e política que atravessa, na qualidade de país em desenvolvimento rumo à era da globalização. À Arqueologia abrem-se oportunidades de ocupar espaços ainda vazios, voltados a uma abordagem mais abrangente e pluralista referentes à herança cultural.

Essa abordagem prescinde, todavia, de uma mudança de postura com respeito ao “objeto de estudo” e procedimentos de trabalho. Hoje entendemos não ser mais possível que a Arqueologia continue voltada ao desenvolvimento de um ser abstrato chamado “Ciência”, colecionador insaciável de novas teorias, novas descobertas, novas abordagens, novas discussões. Assim, o *turning point* da Arqueologia pode ser sintetizado em uma única palavra: sociedade. Tem-se, assim, uma mudança essencial de foco, onde a Arqueologia deixa de ser uma ciência com olhar voltado ao passado para assumir sua responsabilidade na compreensão do presente e na promoção do futuro. Esta perspectiva é definida pela “Arqueologia Colaborativa”, que visa desenvolver ações não mais para a comunidade, uma vez que passa a ser feita com a comunidade.

A relação que a Arqueologia estabelece com as diferentes áreas de conhecimento – uma vez que é uma ciência verdadeiramente transdisciplinar, fruto da somatória de cada disciplina científica e humanista – é mais um dos fatores que faz com que muitas pessoas se sintam próximas a ela. Isto se aplica, por exemplo, ao caso da estabilidade e mudança ambiental: através do conhecimento da sucessão de experiências humanas ocorridas sobre um ecossistema, é possível refletir sobre alternativas de gestão e manejo, trazendo uma visão mais global e tangível ao tema.

Hoje, a sociedade tem necessidade de ser competente num mundo multicultural, e a Arqueologia é capaz de proporcionar ferramentas que auxiliem a viver nesta sociedade crescentemente complexa, ensinando as pessoas sobre outras culturas e tempos, fornecendo-lhes ferramentas para melhor compreender a diversidade humana, ao expandir suas visões de mundo. Essa compreensão da diversidade leva à tolerância, que permite a inserção de diversos segmentos da sociedade, tornando todos os indivíduos sujeitos plenos de direitos e deveres: cidadãos. Assim, um dos benefícios públicos da Arqueologia é o mesmo que oferece a história e a ciência: a educação da cidadania.

De fato, não existe um público a considerar, mas vários. Devemos refletir sobre a maneira como nossa sociedade se posiciona com relação ao seu passado: Qual o passado que merece ser resgatado? Quais os mecanismos que a sociedade utiliza para registrar e perpetuar sua própria história? Em oposição às ciências naturais, a ciência social necessita ser, particularmente nestes tempos pós-modernos, pluralista em essência. A admissão de diferenças não põe em cheque a autoridade da disciplina. Ao contrário: o reconhecimento de que as ideias e interpretações são produto de condições históricas específicas amplia o debate e sua contribuição. Se desejarmos obter uma compreensão do passado que abranja a complexidade e diversidade de suas mensagens possíveis, então precisamos reconhecer a existência de um público igualmente diverso, e aprender a lidar com ele. Para assim proceder mostra-se necessário reconhecer e respeitar todos os valores atribuídos à herança arqueológica, incluindo a científica.

Por essa razão o conteúdo da mensagem a ser transmitida ao público deve estar atrelado à história local, construindo um elo de percepção junto ao público. Isso pode incluir objetos identificados no local, sítios ou vestígios mais conhecidos, dados sobre como os grupos humanos do passado viveram naquele mesmo espaço geográfico, entre tantos outros. Por outro lado a mensagem deve também conter dados sobre a importância deste patrimônio, o fato dele ser único e não renovável, e também o esforço e detalhamento da pesquisa científica necessária para construir o conhecimento, visando sensibilizar o público sobre sua valorização e necessidade de preservação.

No caso brasileiro, assim como nos países colonizados em geral, onde a sociedade nacional foi formada através de uma ruptura entre as ocupações indígenas e o elemento europeu, mais tarde acrescido pela cultura africana, é frequente a comunidade atual não reconhecer vínculos com o contexto arqueológico, embora tenha interesse pelo seu sentido exótico. Isso se agrava pelo fato de que até mesmo a construção da História do Brasil tenha sido tradicionalmente feita a partir de sua classe intelectual dominante, resultando em um baixo ou nulo reconhecimento da população em geral como sendo esta a “sua história”. O próprio currículo escolar não inclui uma efetiva história das

minorias, apesar de sua participação fundamental na formação e desenvolvimento da sociedade nacional.

Considerando esse conjunto de aspectos, mostra-se essencial que a pesquisa arqueológica seja realizada em conjunto com os descendentes vivos da sociedade que criou ou herdou este patrimônio. Assim será possível conduzir os trabalhos a partir de uma perspectiva de “arqueologia democrática”, como define Faulkner (2000), que compreende a realização de trabalhos com base na comunidade, de forma não excludente e não hierárquica, e dedicada a um desenho de pesquisa que pressuponha interação entre os vestígios materiais, a metodologia de trabalho e a interpretação. Trabalhando em conjunto com a comunidade o arqueólogo pode auxiliar na reconstrução de elementos tradicionais que se perderam através do tempo, bem como dar suporte a atividades como turismo, educação e identidade étnica, contribuindo para o manejo sustentável da cultura.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento ocorrido no Rio de Janeiro, em 1992, “desenvolvimento sustentável” se tornou palavra-chave de um discurso político internacional voltado à qualidade de vida, conservação dos recursos naturais e responsabilidade para gerações futuras. Apesar das discussões terem sido inicialmente voltadas às ciências naturais e análises de crescimento populacional, relaciona-se a uma discussão baseada na definição social, histórica e cultural do problema: a viabilidade de serem mantidas relações socialmente definidas entre a natureza e a comunidade durante longos períodos de tempo. Desta forma, o discurso sobre sustentabilidade é basicamente público e estreitamente vinculado a problemas como justiça social e regulamentação política.

Sustentabilidade ou não sustentabilidade corresponde a uma qualidade dentro de um *continuum* de condições e processos possíveis. Neste sentido, não se pode considerar a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social de forma isolada. Ao contrário, o foco deve recair na interação entre elas, buscando a viabilidade de suas relações durante longos períodos de tempo. Por outro lado, considerando a rápida transformação por que as sociedades passam atualmente, a sustentabilidade necessita ser concebida dentro de uma perspectiva dinâmica, e não baseada em estruturas estáticas.

Finalmente, vale salientar que, pela sua própria natureza e característica, este Programa Cultural não é - e nem poderia ser - um produto acabado e fechado. Ao contrário, sua elaboração incluiu o conceito de melhoria continuada, permitindo ajustes permanentes para incorporar as evoluções e os aprofundamentos do conhecimento sobre a área e a região onde o empreendimento está localizado, os avanços das várias tecnologias envolvidas e as evoluções nos entendimentos em curso com os diferentes atores envolvidos (e especialmente com a comunidade).

38.6.2 Atividades a serem desenvolvidas

Todas as atividades previstas para este Programa deverão ocorrer durante a fase de construção/implantação. Os trabalhos de campo voltados à pesquisa arqueológica deverão ocorrer antes do início das obras, de forma a evitar que estas causem qualquer

impacto/alteração ao patrimônio. Já as ações de laboratório, gabinete e educação patrimonial poderão ocorrer concomitantes ao andamento das obras. Todas estas ações seguem legislação específica apontada em item anterior, e são orientadas de acordo com a portaria interministerial 419/2011, dentro do processo licenciatório ambiental liderado pelo IBAMA.

Seguindo tais posturas científicas e legais, visando ter sinergia entre o cronograma das obras e o cronograma da pesquisa, as atividades arqueológicas de campo deverão ser divididas em duas etapas:

ETAPA 1 – Área do canteiro de obras

ETAPA 2 – Área do futuro reservatório

As mesmas ações, metodologias e procedimentos serão aplicados tanto na Etapa 1 (Canteiro de Obras) como na Etapa 2 (Reservatório), garantindo a integridade científica e conceitual do Programa.

O texto que segue traz uma síntese das macro ações previstas pelo Programa, sem suas diferentes fases de desenvolvimento.

38.6.2.1 Elaboração do Projeto Científico e Legalização do Programa

Como primeira atividade a ser desenvolvida está a elaboração do Projeto Científico do Programa de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da UHE São Manoel. Esta atividade compreende o desenvolvimento do processo a ser protocolado junto ao IPHAN com objetivo de obter Portaria de Pesquisa, publicada no Diário Oficial da União. Para tanto, deverão ser também providenciados:

1. Definição da equipe, reunião de documentações;
2. Parceria com Instituição de apoio e guarda do material arqueológico;
3. Obtenção de documentos de endosso financeiro e institucional.

Após aprovação do projeto e publicação da Portaria, a mesma deverá ser renovada a cada vencimento de prazo, garantindo a legalização do Programa durante toda a sua vigência.

38.6.2.2 Atividades de Campo: ações de prospecção arqueológica

1. Elaboração de Zoneamento Arqueológico da área, com estabelecimento de unidades de terreno com alto, médio e baixo potencial em apresentar vestígios de ocupação humana, considerando variáveis ambientais e arqueológicas;

2. Vistoria de campo da área para avaliação e enriquecimento do Zoneamento. Elaboração de ajustes, com definição das áreas de prospecções intensivas de varredura (unidades amostrais);
3. Indicação dos tipos de vestígios esperados para cada terreno, bem como metodologias específicas de levantamento considerando tanto as variáveis físicas dos terrenos a serem investigados, quanto às necessidades científicas de tratamento ao patrimônio envolvido;
4. Uso intensivo de análises preditivas, de maneira que as equipes atuem na área para checagens e ações previamente analisadas, amarradas a um controle de obtenção de conhecimento;
5. No caso do Canteiro, deverá ser realizada prospecção sistemática por varredura em 100% dos terrenos, com levantamentos de superfície e subsuperfície;
6. No caso do Reservatório deverá ser aplicada metodologia amostral de prospecções, com levantamentos sistemáticos de varredura em 30% da ADA através das unidades amostrais delimitadas. O levantamento de varredura compreenderá a aplicação de linhas de caminhamento de 50 metros de distância, e abertura de poços-teste a cada 50 m de linha percorrida. Nos demais 70% da ADA serão realizados levantamentos oportunistas, incluindo abertura de poços-teste em terrenos com características paisagísticas distintas, visando abranger a diversidade de formas de ocupação humana que se desenvolveram na região;
7. Aplicação de levantamentos extensivos amostrais na AID, visando obter um quadro de referência e contextualização científica para os sítios arqueológicos e patrimônio histórico/cultural presentes na ADA;
8. Definição de padrões de coleta de material arqueológico, que permitam potencializar o conhecimento científico gerado e tratamento estatístico;
9. Realização sistemática e continuada de avaliações de resultados visando alimentar e melhorar o modelo de conhecimento e pesquisa da área. Desta forma, o Zoneamento Arqueológico prévio será constantemente retroalimentado, ampliado e/ou ajustado, produzindo ciência e conhecimento desde a partida;
10. Documentação sistemática de todo o trabalho, incluindo trilhas de auditoria, com forte uso de bases cartográficas (Google, trackmaker) que permitam inclusive o acompanhamento on-line, pelo cliente, da evolução dos trabalhos;
11. Cadastro dos vestígios arqueológicos identificados incluindo documentação fotográfica e plotagem nas cartografias do Programa.

38.6.2.3 Atividades de Campo: ações de resgate arqueológico

1. Em todos os locais onde forem identificados vestígios arqueológicos serão realizadas ações de pesquisa/resgate, sendo que sua intensidade variará segundo critérios de exclusividade, significância científica e estado de conservação;
2. Em todos os locais será realizado cadastro através do preenchimento de Ficha de Sítio, elaboração de planta com mapeamento dos vestígios arqueológicos de superfície, coleta amostral de superfície, implantação de eixos de poços-teste para delimitação do sítio e abertura de 1 sondagem de 1m² para análises de estratigrafia;
3. A partir da análise dos resultados obtidos com as ações acima indicadas, serão selecionados sítios para detalhamento de pesquisa através de procedimentos diversos, analisados caso a caso e compreendendo as seguintes ações, isoladas ou em conjunto: coleta total de superfície, abertura de maior número de sondagens, abertura de trincheiras, abertura de áreas amplas de escavação. Este trabalho será acrescido por ampla documentação gráfica e fotográfica;
4. Especial atenção será dada na coleta de material adequado para datação arqueológica, já que este se mostra um dado fundamental na análise dos sítios e de todas as discussões arqueológicas regionais realizadas ao término das escavações.

38.6.2.4 Trabalhos de Laboratório

1. Organização dos materiais e informações coletados em campo (sistematização de fichas, banco de imagens, elaboração de mapas, perfis estratigráficos, plantas etc.);
2. Curadoria dos acervos arqueológicos coletados incluindo triagem, lavagem, numeração individual, inventário e acondicionamento;
3. Análise científica dos acervos, incluindo testes estatísticos, desenhos e fotos de peças diagnósticas;
4. Seleção de peças diagnósticas para inserção no Museu Virtual (descrito mais adiante) e, também, possíveis usos em exposições museológicas itinerantes ou permanentes;
5. Curadoria de amostras coletadas de material para datação, seleção e envio para análise em laboratório especializado;
6. Elaboração de Banco de Dados de acervo;
7. Elaboração de Banco de Imagens;

8. Integração de dados, análises científicas com comparativos regionais, organização dos dados em contextos espaciais e cronológicos (Modos de Vida);
9. Elaboração de Relatórios Parciais e Finais.

38.6.2.5 Ações de Pesquisa em Patrimônio Histórico e Cultural (material e imaterial)

1. Uso de Mídias Sociais: registro de conhecimentos; apoio e divulgação de práticas, eventos e atividades ligadas aos conhecimentos históricos tradicionais;
2. Acolhimento de recomendações, expectativas, avaliações de tratamento e preservação no Plano de Gestão de Patrimônio Cultural da UHE São Manoel, com especial enfoque para a futura gestão do patrimônio perante ações em andamento ou planejadas pelos poderes públicos;
3. Nos estudos sobre o Patrimônio Histórico e Cultural serão realizados levantamentos direcionados para a identificação de exemplares do patrimônio edificado e imaterial, sobretudo procurando promover a integração dos componentes do Patrimônio Cultural com a comunidade diretamente envolvida na área de abrangência do empreendimento;
4. Em relação ao patrimônio histórico edificado, um dos principais objetivos será compreender e avaliar os processos de transformação do espaço ocorrida na região. Imóveis selecionados serão objeto de inventário, tendo por base o registro fotográfico, levantamento arquitetônico, elaboração de croquis, pesquisa documental e análise de cartas temáticas, de forma a obter dados aptos a fornecer um panorama sobre o quadro de ocupação ocorrido na região e seu patrimônio edificado;
5. Em relação ao patrimônio cultural de natureza imaterial será realizado o Inventário amostral das referências culturais das comunidades, em consonância com as diretrizes da UNESCO, que define o patrimônio cultural e imaterial como sendo o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, fruto da criação coletiva que emana de uma comunidade;
6. As pesquisas terão por objetivo realizar um diagnóstico amostral dos elementos do patrimônio cultural e imaterial presente na área em questão, privilegiando, sobretudo, testemunhos do “saber fazer” regional, e que reflitam o cotidiano sociocultural das comunidades locais;
7. O cadastro destas manifestações será feito com uso das Fichas de Patrimônio Material, Imaterial e Edificado definidas pelo IPHAN/MinC, além de outras bases desenvolvidas para os produtos e ferramentas Multimídia desenvolvidos para o Programa (descritos mais adiante);
8. Por outro lado, considerando que as comunidades atribuem valores a determinados cenários paisagísticos, será realizado um registro amostral de

lugares que, para a população local, incorporem valor simbólico e/ou afetivo, constituindo referência cultural e valor agregado à identidade de determinado segmento social. Para tanto, além dos trabalhos de campo serão realizadas entrevistas com os membros da comunidade, possibilitando integração, bem como, a democratização das informações;

9. Cabe ressaltar que a disponibilização dos dados e resultados obtidos ocorrerá mediante a elaboração de bases Google Earth e Google Maps específicas para o projeto em questão, viabilizando a integração do programa com outros correlatos, com objetivo de obter a colaboração da comunidade científica e comunitária na produção de conhecimento e na democratização das informações;
10. Deste modo a manifestação contemporânea dessas comunidades poderá receber a compreensão que revela sua perspectiva histórica, ligando processos passados aos presentes.

38.6.2.6 Ações de Envolvimento da Comunidade e Educação Patrimonial

Este item abrange as diferentes atividades de envolvimento da comunidade local, divulgação e educação patrimonial, visando:

1. Envolver a comunidade na produção do conhecimento sobre o patrimônio cultural regional, considerando suas perspectivas de valorização e preservação;
2. Apresentar à comunidade os resultados alcançados pelas pesquisas, objetivando sua incorporação à identidade cultural regional;
3. Produzir material científico relativo aos Modos de Vida da região, passados e presentes (Ciência Aplicada), a ser divulgado junto à comunidade local, comunidade científica nacional e internacional;
4. Gestão do Conhecimento em Plataformas Eletrônicas de Coworking;
5. Fornecer subsídios aos órgãos públicos que contribuam para o gerenciamento do patrimônio cultural dos municípios envolvidos.

O conjunto destas ações visa garantir que os contextos arqueológicos impactados direta ou indiretamente pelos empreendimentos sejam efetivamente incorporados à Memória Nacional, conforme prevê a Portaria IPHAN 230/02. Para tanto, estará sendo desenvolvido um amplo leque de ações, abrangendo:

1. Arqueo Parque;
2. Fale Conosco;
3. Exposição Oficina;

4. Museu Virtual;
5. Cartilha Patrimonial;
6. Publicação Científica;
7. Gestão de Conhecimento.

O detalhamento destes itens é apresentado adiante, com exemplos de sucesso em ações implementadas pela DOCUMENTO em outros Programas.

ARQUEO@PARQUE

1. Atividade: Integração dos resultados da pesquisa na Plataforma eletrônica permanente do DOCUMENTO, para acesso e integração do público em geral e acadêmico. Destaca-se, nesta ferramenta, o item “Modos de Vida”, onde os diferentes cenários de ocupação humana são apresentados na forma de paisagens culturais, com navegação em ambientes que integram os conhecimentos e os bancos de dados do projeto. Destaca-se ainda, entre diversos itens integrantes no Arqueo@Parque, a “Sala de Aula”, com materiais para subsídio a educadores, bem como Cartilhas Patrimoniais, Ferramentas Educativas, entre outros. Assim, os dados resultantes do presente Programa se integram em conhecimentos para todo o território nacional, ampliando sua aplicação e valorização.
2. Público alvo: Comunidade em geral.
3. Metodologia: Esta Plataforma integra as demais ferramentas previstas para o Programa como o Museu Virtual, Fale Conosco, Cartilhas Educativas, etc.
4. Duração: A ferramenta é mantida de forma contínua.
5. Resultado: Alimentação de plataforma que constitua veículo de comunicação da comunidade em geral com o Programa, além de disponibilizar resultados da pesquisa, ampliar o envolvimento da comunidade e o próprio conhecimento nacional sobre sua história e pré-história (**Figura 38 - 1 e 38 - 2**).



Figura 38 - 1 – Estrutura do Arqueo@Parque.

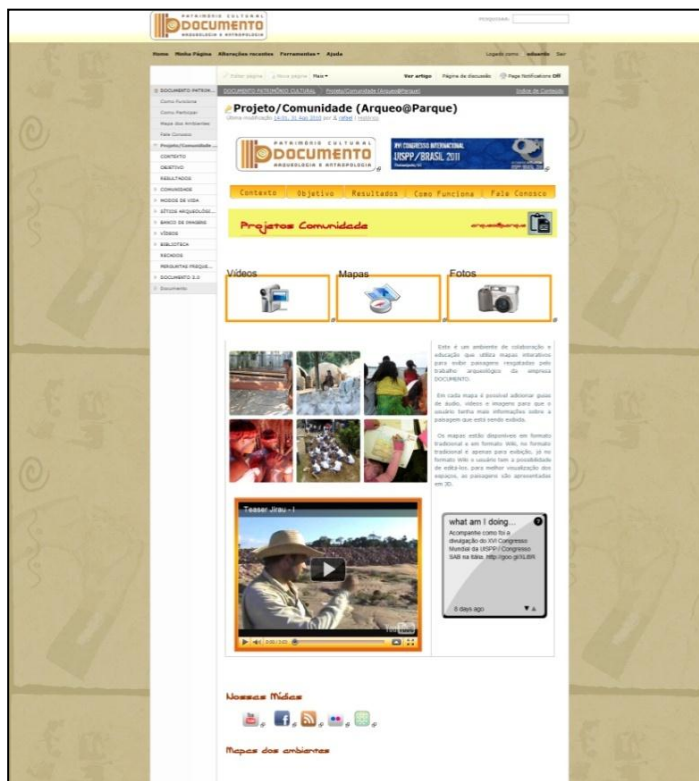


Figura 38 - 2 – Ilustrações de páginas do Arqueo@Parque.

FALE CONOSCO

1. Atividade: Uso de ferramentas de comunicação visando o acolhimento de dados, opiniões e depoimentos sobre o Programa de Gestão do Patrimônio Cultural, na construção de uma memória coletiva.
2. Público alvo: Comunidade em geral.
3. Metodologia: Endereço de skype, blog e site.
4. Duração: Ao longo da duração do Programa.
5. Resultado: Implantação de plataformas que constituam veículos de comunicação da comunidade em geral com o Programa, além de disponibilizar dados do Programa e calendário de ações em andamento (**Figura 38 - 3**).



Figura 38 - 3 – Página de atendimento do Fale Conosco.

EXPOSIÇÕES OFICINA

1. **Atividade:** Promoção de debates, fóruns de discussão e atividades ligadas ao patrimônio cultural regional. Inclui exposições com objetivo de divulgar o Programa Patrimonial, seu conteúdo e resultados aos interessados em geral, com mostra de painéis e/ou recursos multimídia, de acordo com a estrutura que cada local apresentar.
2. **Público alvo:** Grupos sociais localizados na área de entorno dos reservatórios. Serão buscadas parcerias com organizações que já desenvolvam trabalhos ou constituam centros de referência para estas comunidades.
3. **Metodologia:** São previstas 10 oficinas para o Programa, distribuídas entre os 2 municípios tratados. As oficinas privilegiarão atividades que estimulem os participantes a refletir sobre o patrimônio cultural através de atividades em grupo, atividades lúdicas, passeios culturais, palestras, tomada de entrevistas e depoimentos, distribuição de material de apoio.
4. **Resultado:** Participação da comunidade na definição e reflexão do patrimônio cultural presente na região do empreendimento (Figura 38 - 4).



Figura 38 - 4 – Exemplo de apresentação de Blog da comunidade, já implantado.

MUSEU VIRTUAL

1. Atividade: Aplicação de Plataforma da DOCUMENTO para acesso do público em geral e acadêmico, que apoie o desenvolvimento de pesquisas sobre a cultura material. Este produto estará ligado ao Arqueo@Parque.
2. Metodologia: Pesquisa e aplicação de ferramenta multimídia, tomada das peças, elaboração de legendas científicas, alimentação e atualização continuada da plataforma.
3. Resultado: Museu Virtual em plataforma eletrônica (Internet). Divulgação e extroversão permanente do acervo material gerado pelas pesquisas (**Figura 38 - 5**).

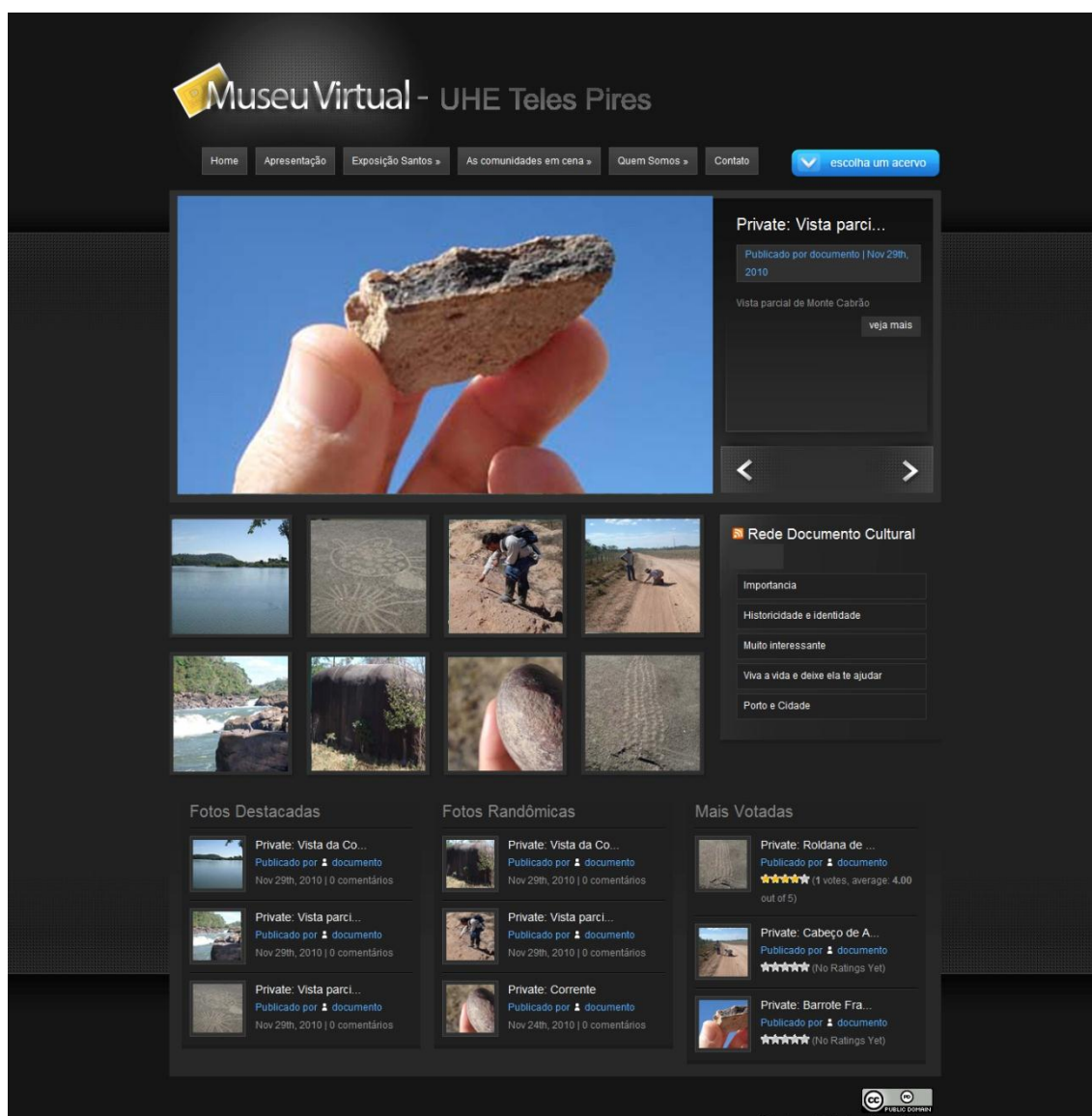


Figura 38 - 5 – Exemplo de ferramenta de Museu Virtual, já implantada.

CARTILHA PATRIMONIAL

1. Atividade: Elaboração de plataforma de divulgação dos resultados da pesquisa. De linguagem corrente (não técnica) e privilegiando imagens, fotos, figuras e mapas, a cartilha busca despertar o interesse da comunidade para o patrimônio arqueológico, histórico e cultural regional, com ênfase nas pesquisas e nos resultados obtidos através do Programa.
2. Público alvo: Estudantil (1^a. a 4^a. série do ensino fundamental)
3. Resultado: Elaboração da Cartilha em meio digital (Internet). Divulgação do Programa para público infantil. Inserção nas Mídias Sociais do Programa (Blog, Arqueo@Parque) (**Figura 38 - 6**).

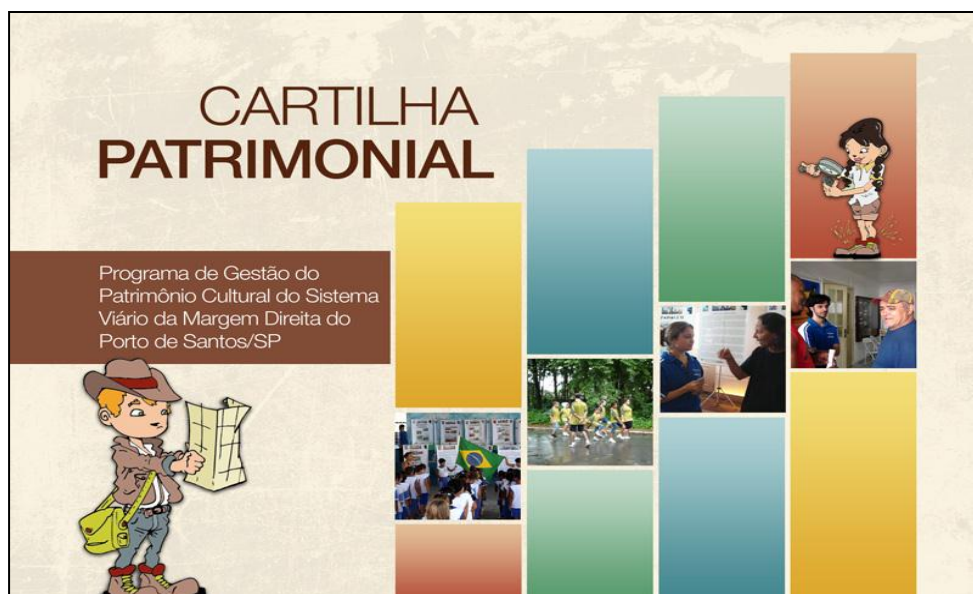


Figura 38 - 6 – Exemplo de Cartilha Patrimonial, já editorada.

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA

1. Atividade: Plataforma de divulgação dos resultados da pesquisa voltada para a comunidade científica, contribuindo para ampliar o conhecimento da pré-história e da história nacional, e da região de estudo em particular.
2. Público alvo: Meio acadêmico (bibliotecas, instituições de pesquisas, profissionais em arqueologia, história e patrimônio cultural).
3. Resultado: Elaboração de publicação em meio digital (Internet). Divulgação científica.

GESTÃO DE CONHECIMENTO

1. **Atividade:** Tratamento do banco de dados documentais (gráficos, cartográficos, iconográficos, fotográficos e videográficos) das ações desenvolvidas na área, voltado à sua divulgação e disponibilização. No que se refere ao tratamento espacial, serão utilizadas ferramentas de visualização Google Maps, para disponibilização de acesso.
2. **Metodologia:** Montagem de data-base, organização dos dados por categoria, definição de trilhas de acesso.
3. **Resultado:** Data-base do Programa de Gestão na forma de Plataforma Multimídia/ CD (Figura 38 - 7).



Programa de Patrimônio Cultural da PCH Paranatinga II
Arqueologia Colaborativa Fase II - Língua Português
Instrumentação do Processo de Tombamento das Paisagens
Saírahenu e Kamukuaká. Alto Xingu / MT

COMUNIDADE PROJETO CIENTÍFICO PAISAGEM MULTIMÍDIA RELATÓRIOS CONTATO

Projeto Científico
 Definições teóricas, metodológicas e operacionais de realização do projeto.
 Saiba mais.

As Populações
 ...a história não estuda o passado, o que a história estuda são os homens...
 Saiba mais.

Assista os Vídeos e Entrevistas
 Confira a galeria de vídeos com entrevistas da equipe de pesquisa.
 Saiba mais.

Este Programa abrange o desenvolvimento da segunda etapa de trabalhos voltados ao Patrimônio Cultural das sociedades indígenas alto-xinguanas, com enfoque especial na abertura e instrumentação de Processo de Tombamento das paisagens culturais do Saírahenu e Kamukuaká; na elaboração de um projeto executivo de Corredor Ecológico-Cultural ligando os limites do Parque Indígena do Xingu às paisagens culturais acima citadas; e no detalhamento de estudos arqueológicos na região das cabeceiras do rio Xingu.
 O Programa é desenvolvido através da abordagem da Arqueologia Colaborativa, tendo como autores a equipe de cientistas envolvida e a Comissão Indígena de Patrimônio Cultural.

DOCUMENTO ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Atiaia Energia
 Grupo Gerador de Energia

Home Legislação Equipe Mapa do CD Condições de Uso

Figura 38 - 7 – Exemplo de Plataforma Multimídia.

38.6.3 Controles de Gerenciamento

O gerenciamento de ações do Programa estará sendo feito através do uso de duas ferramentas, a saber, o GP3 e o *Adaptive Management*.

O GP3 constitui uma plataforma que permite acompanhamento *on line* do Programa através de senha personalizada, fornecendo uma visão das macro ações e seu posicionamento cronológico.

O *Adaptive Management* corresponde uma ferramenta de maior detalhe, incluindo organogramas complexos, controles diários de ações e equipes, gráficos de atingimento, entre outros.

Assim, cada ferramenta visa atender demandas e contextos distintos, conforme detalhado abaixo.

38.6.3.1 Plataforma eletrônica GP3

Objetivo:

Otimizar tarefas de gestão de qualidade, de projetos e de atividades em equipes de trabalho.

Ação:

1. Consulta via Internet através de senha personalizada (acesso restrito ao Cliente) incluindo: portarias e processo IPHAN, ofícios e documentação geral do Programa, cronograma com indicação detalhada dos estágios da pesquisa, equipes locadas, relatórios parciais e finais, equipes alocadas, contatos;
2. Gestão da segurança de informação através do desenvolvimento das fases do Programa com Controles e Trilhas de Auditoria;
3. Compatibilização dos controles e resultados do projeto aos Programas de Qualidade da empresa, eliminando riscos de não conformidade.

Resultado:

Transparência e Valorização dos Produtos

38.6.3.2 Adaptive Management

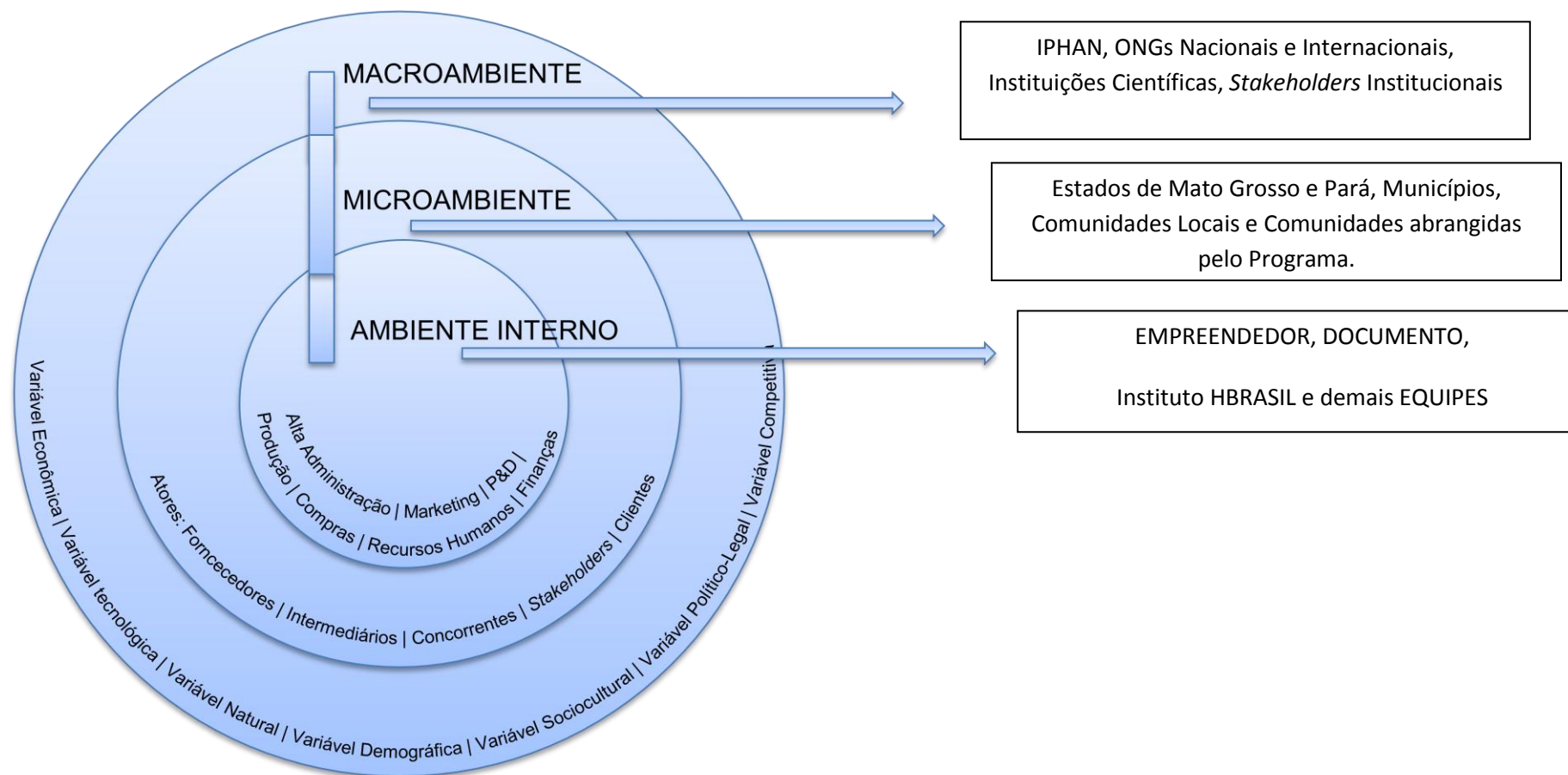
As ações envolvidas no desenvolvimento deste Programa estarão sendo organizadas e estruturadas em um Plano de Trabalho. Para tanto, serão utilizadas as diretrizes do modelo de gestão denominado "*Adaptive Management*" (para uma síntese vide Salafsky, Margoluis & Redford 2001), dentro de um modelo desenvolvido para exceção e monitoramento de projetos em Arqueologia.

Esta metodologia visa não apenas organizar as diversas tarefas abrangidas para atingimento dos objetivos propostos, mas, especialmente, descrever as prioridades de cada atividade, seus riscos e efeitos operacionais e científicos, dentro de um processo dinâmico de melhoria continuada.

A ferramenta de “*Adaptive Management*” visa, por outro lado, inserir variáveis de controle e avaliação para usos futuros dos conhecimentos obtidos, dentro de uma perspectiva de conservação dos recursos culturais envolvidos e disponibilização tangível de seus resultados. Vale salientar que esta ferramenta tem como origem o desenvolvimento de métodos científicos formais, especialmente aqueles relacionados com contextos complexos e que envolvam diferentes grupos de interesse (stakeholders). Nestes casos, não raro o andamento dos trabalhos resulta em grande diversidade e quantidade de variáveis, potencializando o desvio de objetivos e perda de foco. Este risco busca ser controlado pelo *Adaptive Management* através da avaliação continuada do ciclo do projeto e dos gatilhos de avaliação.

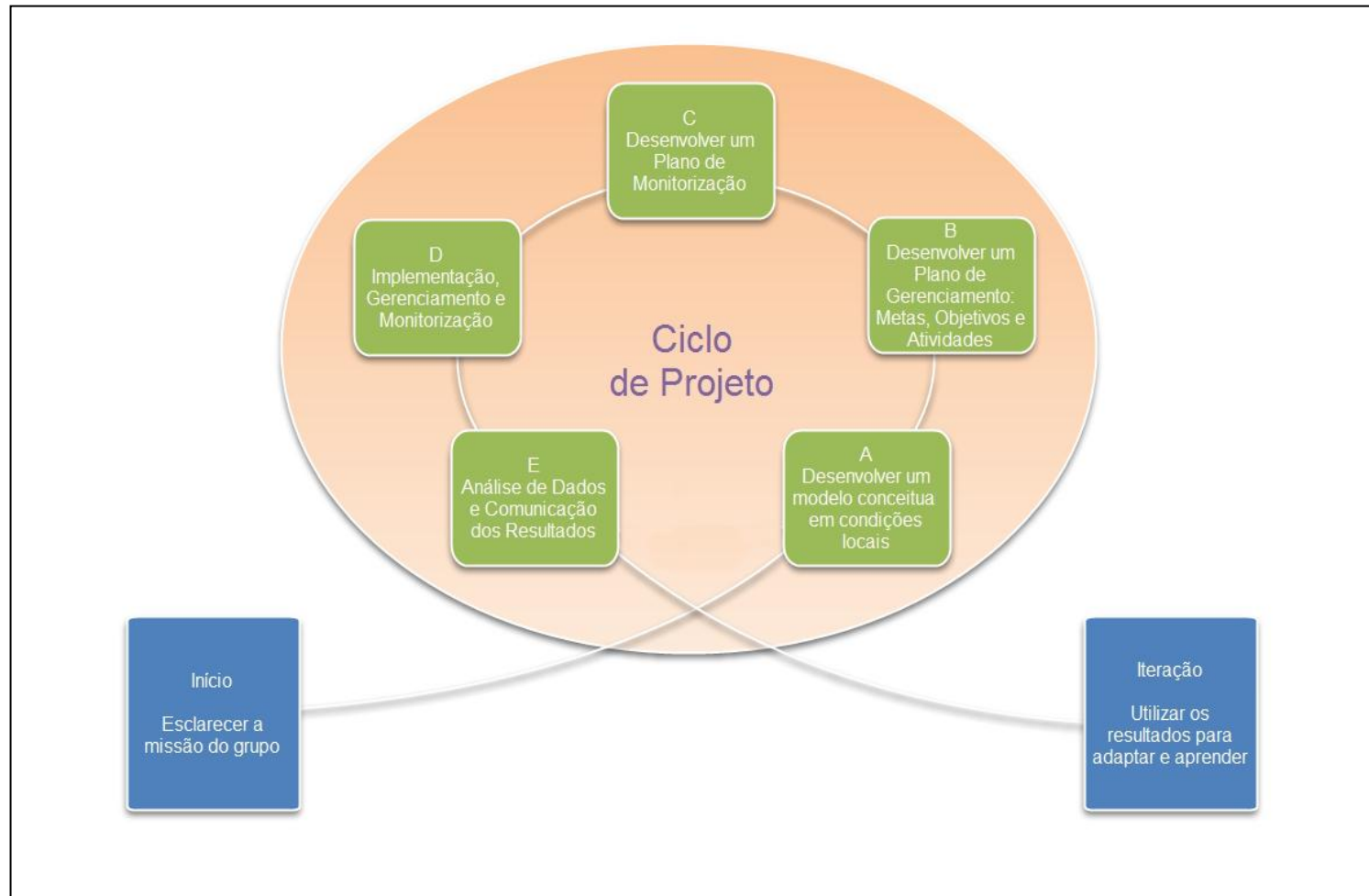
Assim, “*Adaptive Management*” constitui uma via que incorpora reflexão em ação, visando promover a prática da conservação e do aprendizado. Os **Quadros 38 - 4 a 38 - 6** trazem o esquema conceitual geral desta ferramenta.

Quadro 38 - 4 – Comunidades envolvidas pelo Programa

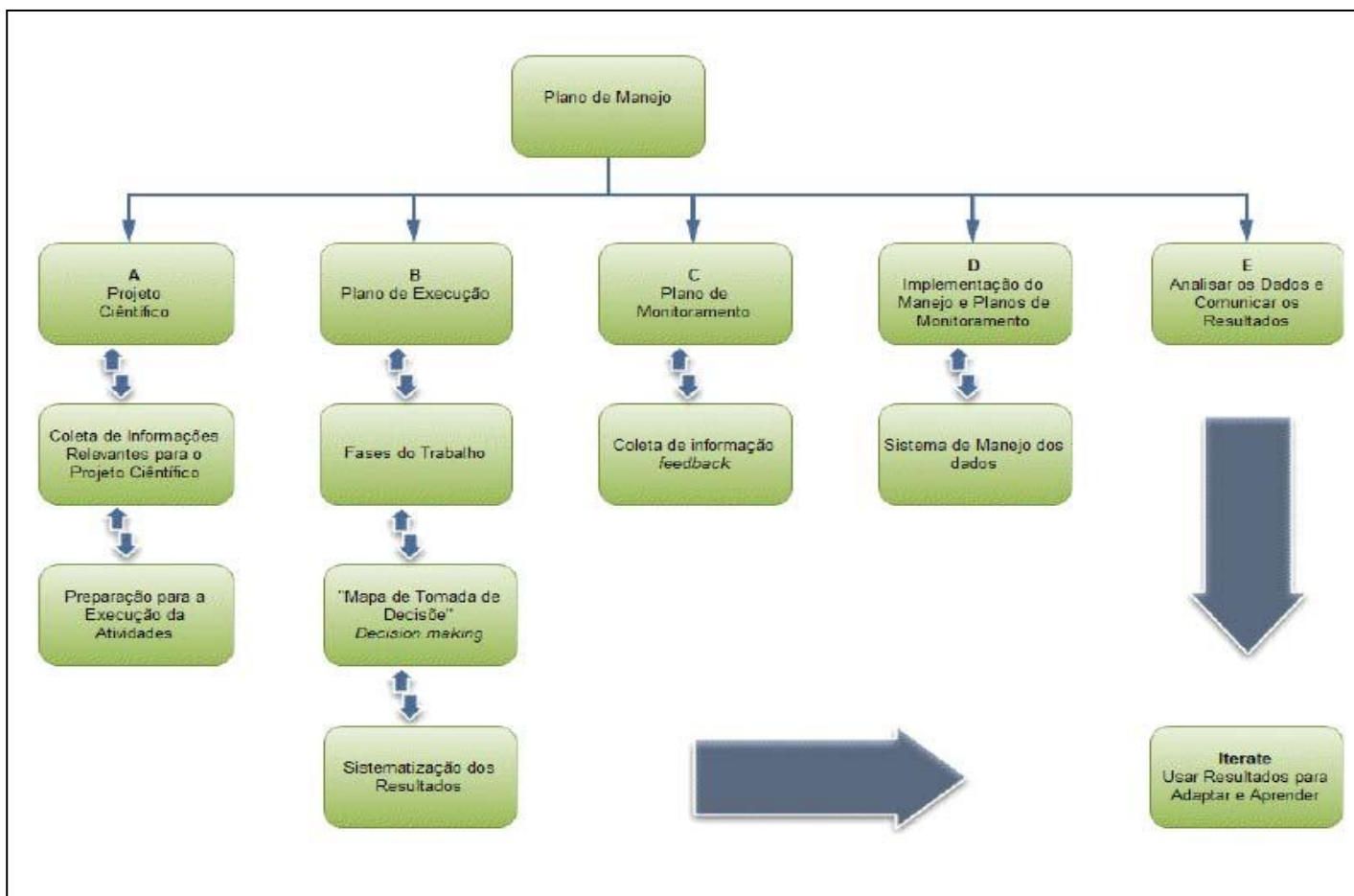


Fonte: NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008

Quadro 38 - 5 – Modelo geral de *Adaptive Management*



Quadro 38 - 6 – Estrutura de planejamento e monitoria de atividades



38.7 Indicadores

- Quantidade de área prospectada;
- Número de sítios arqueológicos identificados e cadastrados;
- Número de sítios arqueológicos resgatados.

38.8 Produtos

Os resultados previstos pelo Programa e produtos a serem gerados compreendem:

1. Realização das atividades relativas ao Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural exigidas no processo de licenciamento ambiental (fases LI e LO);
2. Fornecimento de Relatórios de Andamento, de periodicidade trimestral, para posicionamento junto ao IPHAN, demais órgãos licenciadores e stakeholders envolvidos;
3. Utilização de plataforma de E-Government junto ao IPHAN e demais órgãos institucionais, visando ampliação da transparência do Programa e agilização nos trâmites de entrega de relatórios, marcos e produtos, além de incluir ferramentas em plataforma Google Earth para acompanhamento semanal dos trabalhos de campo desenvolvidos;
4. Implementação de ferramentas em ambiente internet para ampliar a comunicação e envolvimento da comunidade (Arqueo@Parque, Blog da Comunidade), sendo que estas ferramentas continuarão sendo mantidas mesmo após conclusão do Programa;
5. Elaboração de Cartilha Patrimonial e Publicação Científica, com divulgação dos trabalhos e seus resultados aos diversos públicos envolvidos;
6. Elaboração de Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural abrangido pelos estudos, a ser fornecido para os órgãos governamentais fornecendo contribuições para uma preservação e valorização continuada do patrimônio após conclusão do Programa;
7. Fornecimento de Relatório Final, incluindo consolidação dos dados e do conhecimento gerado pelas pesquisas nas plataformas e Mídias Sociais implementadas;
8. Contribuição para o conhecimento científico da área, buscando um melhor conhecimento da Pré-História e História Nacional, com valorização da herança cultural brasileira e sua diversidade, em especial.

38.9 Interface com outros Planos e Programas

A portaria interministerial 419/2011 abarca uma série de interfaces organizacionais e multidisciplinares entre os programas de um projeto em licenciamento ambiental e dá corpo à legislação em meio ambiente cultural, prevista na carta magna de 1988. As interfaces indicadas nos anexos desta portaria e derivadas do contexto específico da UHE São Manoel, assim como do contexto de situacional histórico e contemporâneo da calha do Teles Pires, deverão ser analisadas em todas as fases de execução do programa, de forma estratégica e operacional, e abrangem:

1. Plano Ambiental para Construção;
2. Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das áreas associadas à implantação do Projeto (no que se refere ao cronograma de pesquisas);
3. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD (no caso de intervenções em sítios arqueológicos);
4. Programa de Investigação, monitoramento e salvamento do patrimônio fossilífero;
5. Programa de apoio à revitalização e incremento da atividade de turismo e aspectos socioeconômicos locais;
6. Programa de interação e Comunicação Social;
7. Programa de apoio às comunidades indígenas.

Outros Projetos:

1. Programa de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da UHE Teles Pires, considerando tanto a sinergia científica quanto a sinergia dos públicos envolvidos (uma vez que abrangem os mesmos municípios de Paranaíta e Jacareacanga).

38.10 Parcerias Recomendadas

O presente Programa atende os seguintes públicos alvo, com os quais recomenda-se o estabelecimento de parcerias:

A comunidade dos municípios de Paranaíta e Jacareacanga, em especial as comunidades locais próximas ao empreendimento, uma vez que o objetivo maior do presente Programa é recuperar os diferentes cenários de ocupação humana que se desenvolveram na área, ao longo do tempo, através de práticas colaborativas de envolvimento e participação da comunidade, de forma a permitir a incorporação de seus resultados na memória coletiva e contribuir para o fortalecimento de sua identidade.

1. Os órgãos licenciadores, desenvolvendo as ações previstas e atendendo a legislação vigente. Em especial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, responsável pela emissão de Portaria de Pesquisa, pelo acompanhamento e pela avaliação final deste Programa; e o IBAMA, como órgão licenciador ambiental.
2. Os órgãos municipais, mais especialmente as Secretarias de Cultura, Educação e Turismo, visando desenvolver trabalhos em sinergia às políticas públicas vigentes ou previstas, visando continuidade dos resultados e benefícios do presente Programa, mesmo após sua conclusão.
3. A instituição que manterá a guarda do acervo arqueológico coletado pelas pesquisas, preferencialmente do Estado em que a obra será realizada.
4. O grupo empreendedor e executor da obra, visando garantir o desenvolvimento adequado de programas preventivos e/ou mitigadores que permitam o cumprimento das diferentes etapas de pesquisa exigidas no processo de licenciamento.
5. A comunidade científica, uma vez que o desenvolvimento dos trabalhos deverá trazer dados novos especialmente para os campos da Arqueologia, História, Ciências Sociais e Etno-História.

38.11 Equipe Técnica Envolvida

A equipe técnica necessária para o desenvolvimento deste Programa abrange, Arqueólogos, Gestor de Projeto, Antropólogo, Historiadores, Cientistas Sociais, Geógrafos, Arquitetos, Profissionais de Marketing, Profissionais de Comunicação, Educadores, Técnicos de Laboratório, Auxiliares de campo, Barqueiro, Técnicos Editoração/ Multimídia, Técnicos de Educação Patrimonial e Técnicos Administrativos.

38.12 Referências Bibliográficas

ABREU, João Capistrano de, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abre/Livraria Briguiet, 1930.

AB'SABER, Aziz Nacib, Domínios morfoclimáticos atuais e quaternários na região dos cerrados, in *Paleoclimas São Paulo*, n. 10, p. 1-31, 1982.

ALBERTI, Verena, *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004 a.

_____, *Ouvir Contar. Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004b

ANDRADE LIMA, T. - Cerâmica indígena brasileira. IN: Ribeiro, D. (ed.) *Suma Etnológica Brasileira* vol 2:173-230, FINEP-Vozes, Petrópolis, 1986

AUGÉ, M., *Hacia una Antropología de los Mundos Contemporáneos*, Barcelona: Gedisa Editorial, 1998.

BADARIOTTI, Nicolau, *Exploração no norte de Mato Grosso, região do Alto Paraguai e Planalto dos Parecis*, São Paulo: Salesianas, 1898.

BARRERA, "Identidades, lenguas, ideologías. Una interpretación desde la antropología". In: LISON et al *Antropología: Horizontes Interpretativos*. Universidad de Granada, 2000.

BARTH, F. *Los grupos étnicos y sus fronteras*, Cidade do México: F.C.E., 1976.

BECKER, E. & JAHN, T., *Sustainability and the Social Sciences. A Cross-Disciplinary Approach To Integrating Environment Considerations Into Theoretical Reorientation*. Londres: UNESCO, 1999.

BEGON, M., HARPER, J. L. e TOWNSEND. C. R., *Ecology. Third edition*. Blackwell Science, Oxford: s/d, 1996.

BERQUE, Augustin, "Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultura", in, CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.), *Paisagem, tempo e cultura*, Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. pg. 84 a 91.

BERKES, F. (ed). *Common Property Resources*. London: Belhaven Press, 1989.

BOCCARA, G. "*Antropología diacrónica. Dinámicas culturales, procesos históricos y poder político*". En BOCCARA, G. & GALINDO, S. (Eds.) *Lógica Mestiza en América*. Temuco, Chile: Instituto de Estudios Indígenas / Universidad de la Frontera, 1999 A.

BONFIL BATALLA, G. 1981 *Utopía y Revolución. El Pensamiento político contemporáneos de los indios en América*, Cidade do México: Edit. Nueva Imagen, 1981.

_____, *Identidad y Pluralismo Cultural en América Latina*. Porto Rico: Fondo Editorial del CEHASS & Ed. De la Universidad de Puerto Rico, 1992.

BO, João Batista L., *Proteção do patrimônio na Unesco, ações e significados*, Brasília, DF: Unesco, 2003.

BOSI, Alfredo, *Dialética da colonização*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOSSI, Bartolomé, ¹ *Viage Pintoresco por los Rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cyuaba y el tributario del grande Amazonas, com la description de la Provincia de Matto Grosso, bajo su aspecto físico, geografico, mineralogico y sus producciones naturales*, Paris: Libreria Parisiense - Dupray de la Mahérie, 1863.

BROCHADO, J.J. - An ecological model of the sprad of pottery and agriculture into eastern South America. Ph.D. Thesis, Univ. of Illinois, 1984

_____ Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. *Anais do I Simpósio de pré-história do nordeste brasileiro*, Univ. Federal de Pernambuco, Recife, 1991

BROCHADO, J.J. & LATHRAP, D.W., *Amazonia*. Dep. of Anthropology, Univ. of Illinois, 1982.

BRUNO, Ernani Silva, *História do Brasil, Geral e Regional: o grande oeste*, São Paulo: Cultrix, 1967.

BURKE, Peter, *O que é história cultural?*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CÁMARA, F., "Los conceptos de identidad y etnicidad". *Revista América Indígena* Vol. Vol. XLVI, Nro 4. América Indígena, s/d: s/d, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo, *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. Rio De Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R., "Etnicidad, Eticidad Y Globalización", in: *Autonomías Étnicas Y Estados Nacionales*. Oaxaca, México: Conaculta-Inah, V. 01, 1998. pp. 31-47.

CARDOSO, Miguel P., "Um mito na sociedade indígena". *Uapê: Revista de Cultura*, v.2, n.2, março, Rio de Janeiro: s/d, 2000. pp. 88-95.

CARNEIRO, Robert L. "Slash-and-burn Agriculture: a Closer Look at its Implication for settlement Patterns". In: WALLACE, A. F. C. (ed.), *Men and Culture: Selected Papers of the V International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences*. Philadelphia: s/d, 1960.

CARVALHO, José Murilo de, *A formação das almas : o imaginário da República no Brasil*, São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara, *História da alimentação no Brasil*. Pesquisa e notas. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 2 ed., 1983, 2 vols. (1 ed. 1967-8)

_____, *Dicionário de folclore brasileiro*, São Paulo: Global, 2002.

_____, *Cultura e civilização*, São Paulo: Global, 2004.

CASTRO E. V. de e CUNHA, C. da (orgs.), *Amazônia. Etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1987.

FURTADO, Celso, *O Mito Do Desenvolvimento Econômico*. 4. Ed. São Paulo: Paz E Terra, 1974.

CERTEAU, Michel de, *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 2o. Ed., volume 1, Petrópolis: Vozes, 1994.

_____, *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 2o. Ed., volume 2, Petrópolis: Vozes, 1994.

_____, *A Cultura no Plural*, Campinas: Papyrus, 1995.

CHOAY, Françoise, *A alegoria do patrimônio*, São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

COLCHESTER, M, "Dams, Indigenous Peoples and Ethnic Minorities. World Commission on Dams" (www.dams.org), 2000.

COLDING, J., and FOLKE, C., "The Taboo System: Lessons about Informal Institutions for Nature Management". *Georgetown Int'L. Env'tl. Law Review* 12, s/d: s/d, 2000. pp. 413-445.

COSTA, Wanderlei Messias da, *O Estado e as políticas territoriais no Brasil: a política e a geopolítica e as geopolíticas territoriais até 64*, São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____, *Antropologia do Brasil. Mito, história e etnicidade*. S. Paulo: Brasiliense / EDUSP, 1986.

_____, *Os direitos do índio. Ensaios e documentos*. S. Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

DE BLASIS, P. A. & ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. - Dam contract archaeology in Brazil: some prospects and a case study at the Amazonian border. BID, 2002

DIAS, Eurípedes da Cunha, *Fronteira desmistificada: uma interpretação do processo de colonização particular em Mato Grosso*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DÍAZ-POLANCO, H., "Formación nacional y cuestión étnica". In: *Autonomía regional. La autonomía de los pueblos indígenas* (Capítulo 1). Cidade do México: Editorial Siglo XXI, 1991.

DIEGUES, A. C., *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000.

DILLEHAY, T., *Araucanía: presente y pasado*. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1993.

DUBUISSON, D., *Mythologies du xxe siècle (Dumézil, Lévi-Strauss, Eliade)*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1993.

DURHAN, Eunice (org.), *Malinowski*. "Col. Grandes Cientistas Sociais". São Paulo: Ática, 1986.

DURKHEIM, E. & MAUSS, M., "De quelques formes primitives de classification". *L'Année Sociologique* (1901-1902). Paris: s/d, 1903.

ELLIS, Myriam, "As bandeiras na expansão geográfica do Brasil", in: HOLANDA, Sérgio Buarque (org), *História geral da civilização brasileira, tomo 1, A época colonial, vol. 1 do descobrimento à expansão territorial, 4^o.ed*, São Paulo: DIFEL, 1972.

ESTEVA FABREGAT, C., *Estado, etnicidad y biculturalismo*. Barcelona: Ediciones Península, 1984.

FAUSTO, Boris, *História do Brasil*, São Paulo: Edusp, 2002.

FERREIRA, João Carlos Vicente, *Mato Grosso e seus municípios*, Cuiabá: Secretaria de estado da educação, 2001.

FEBVRE, Lucien P. V., *Combates pela História*, Lisboa: Presença, 1977.

FENSTERSEIFER, E. & SCHMITZ, P.I.- Fase Iporá. Uma fase Tupiguarani no sudoeste de Goiás. *Anuário de Divulgação Científica* II (2):19-79. UCG, Goiânia, 1975.

FRIEDMAN, J., *Identidad cultural y proceso global*. Buenos Aires: Amorroutu editores, 2001.

FUNARI, P.P.A. & ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. – Ethics, capitalism and public archaeology in Brazil. IN: Hamilakis & Duke (eds.) *Archaeology and capitalism: from Ethics to Politics*, 2005

GARCÍA, R. *Et Al* (Eds.), *Culture, Enviromental Action And Sustentability*. Alemanha: Hogrefe & Huber, 2003.

GARCÍA CANCLINI, Nestor, *La globalización imaginada*, Buenos Aires: Paidos editorial, 2000.

GARRETA, M., "Introducción al tema de la identidad"; in: GARRETA, M. & BELLELLI, C. (comp.) *La trama cultural. Textos de antropología y arqueología*. Argentina: Ediciones Caligraf, 2001 A.

_____, "Una mirada actual sobre el problema de las identidades"; in: GARRETA, M. & BELLELLI, C. (comp.) *La trama cultural. Textos de antropología y arqueología*. Argentina: Ediciones Caligraf, 2001B.

GEERTZ, Cliford, *A Interpretação das culturas*, São Paulo: LTC, 1989.

GENNEP, Arnold Van (1978) *Ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes.

GIMENO, J.C. “¿Etnicidad contra globalización? Una mirada antropológica”, *Eutopía, Revista de estudios sobre Desarrollo*; N°2, Año 2, Noviembre, s/d: s/d, 2000.

GOLDSMITH, E. e N HILDYARD, *The Social and Environmental Effects of Large Dams*, San Francisco, CA, USA: A Sierra Club Book, 1994.

GOUDIE, A., *The human impact*. Cambridge, Massachusetts, USA: MIT Press, 1986.

GROSS, D., “Village movement in relation to resources”, In: R.B. HAMES and W.T. VICKERS (ed.), *Adaptive Responses of Native Amazonians*. New York: Academic Press, 1983. pp. 429-449.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, *A lenda do ouro verde*, dissertação de mestrado, Campinas: IFICH/Unicamp, 1986.

HALL, S. “Old and New Identities, Old and New Ethnicities”, in: *Culture, Globalization and the World-System*, EUA: The Macmillan Press, 1991.

HAMES, R. B. & W. T. VICKERS, “Optimal diet breadth theory as a model to explain variability in Amazonian hunting”. *American Ethnologist* 9, 1982, pp. 358-379.

HARRIS, M., *Cultural Materialism: The Struggle for a science of culture*, Nova Iorque: Random House, 1979.

_____, *El desarrollo de la teoría antropológica. Historia de las teorías de la cultura*, Cidade do México: Siglo XXI editores, 1981.

HECKENBERGER, Michael, PETERSEN, J. e NEVES, E. G., “Village Size and Permanence in Amazonia: Two Archeological Examples from Brazil”. *Latin American Antiquity*, 10 (4): 1999. pp. 353-376.

HILL, Jonathan D. “Introduction. Myth and history”. In: *Rethinking history and myth: indigenous south-american perspectives on the past*. Illinois, EUA: Univ. of Illinois Press, 1988. pp. 1 – 17.

HOBSBAWM, Eric J., *A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*, 2o. Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, 5º. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____, *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOOPES, J.W. - Ford revisited: a critical review of the chronology and relationships of the earliest ceramic complexes in the New World 6000-1500 BC. *Journal of World Prehistory* 8(1): 1-49, 1994.

HOWARD, Catherine V., "Exchange and the Construction of Identity: Symbolic Dimensions of Brazilian Tribal Exchange Systems and the Construction of Person, Tribal, and Regional Identity". Chicago: Department of Anthropology. University of Chicago, 1982.

HUNT, Lynn (org.), *A nova história cultural*, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ISA, Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil. <http://www.socioambiental.org/pib/epi/xingu/xingu.shtml> (acessado em 04/01/2006). 2002.

KING, A., "The local and the Global: Globalization and Ethnicity". In: *Culture, Globalization and the World-System*. EUA: The Macmillan Preess, 1991.

KOSELLECK, Reinhard, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto/Editora Puc Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques, *História e Memória*. Trad: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges, Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____, *Pensar la historia. Modernidad, presente, progreso*, Barcelona: Paidós, 1991.

LE GOFF, Jacques, LADURIE, Emmanuel Le Roy, *et alli, A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1991.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Dir.), *História: novos objetos*. Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____, *História: novos problemas*, Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____, *História: novos métodos*, Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEME / CONCREMAT – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) UHE São Manoel, 2008.

LEONARDI, Victor, *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*, Brasília, DF: Editora UnB/Paralelo 15, 1999.

LEVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____, *La pensée sauvage*. Paris: Plon/Pocket, 1962.

LIMA, Antonio Carlos de Souza, "O governo dos índios sob gestão do SPI", *in*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 155-174.

LIMA, Tânia Stolze, "O dois e seu múltiplo". *Mana*, v.2, n.2, outubro, Rio de Janeiro: s/d, 1996. pp. 21-47.

_____, "O pássaro do fogo". *Revista de Antropologia*. v. 42, n.1/2, São Paulo: s/d, 1999 A . pp. 113-132.

_____, "Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia juruna". *Revista Brasileira de C. Sociais*, v. 14, n.40, junho, São Paulo: s/d, 1999B. pp. 1-14.

LINARES, O., "Garden hunting in the American tropics", *Human Ecology* 4(4): 1976. pp. 331-349.

LUMMIS, T. "Oral History". In: BAUMAN, Richard (ed). *Folklore, cultural performances and popular entertainments. A communications-centered handbook*, Oxford: Oxford Univ. Press. 1992. pp. 02-97.

MARTINS, Edílson, *Nossos Índios, nossos mortos*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

MARTINS, José de Souza, *Expropriação e violência: a questão política no campo*, São Paulo: HUCITEC, 1982.

MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural: para uma antropologia histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo e Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1992.

MEGGERS, B., *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

MEIHY, José Carlos S. B., *Manual de História Oral*, 2 ed., São Paulo: Loyola, 1998.

MELATTI, Júlio C. "O mito e o xamã". *Mito e linguagem social. Ensaios de Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1970. pp.65-76.

_____, *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1983.

MENESES, Ulpiano T. B. de, *O objeto material como documento*, aula ministrada no curso "Patrimônio cultural: políticas e perspectivas", organizado pelo IAB/CONDEPHAAT em 1980, *mimeo*.

_____, “Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”, in *Revista USP: Dossiê Brasil dos Viajantes*, São Paulo, N. 30, junho/agosto 1996, pp. 144-155.

_____, “A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano”, in: MORI, Victor Hugo *et alli* (org), *Patrimônio: atualizando o debate*, São Paulo: IPHAN, 2006. pp. 33-76.

MENENDEZ, Miguel A., “A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas”, in: CUNHA, Manuela Carneiro da (org), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 281-296.

MENENDEZ, Miguel A., “A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas”, in: CUNHA, Manuela Carneiro da (org), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 281-296.

MILLER, T.E., - História da cultura indígena do alto-médio Guaporé (Rondônia e Mato Grosso). Dissertação de Mestrado na PUC/RS. Porto Alegre, 1983.

_____, Pesquisas arqueológicas paleoindígenas no Brasil Ocidental. *Estudos Atacamenos* 8:37-61, Univ. del Norte, San Pedro de Atacama, 1987.

_____, Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte. *Arqueologia, Ambiente e Desenvolvimento*, Eletronorte, Brasília, 1992.

MONTEIRO, John Manuel, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORI, Victor Hugo, “Arqueologia e restauração: anotações para debate”, in: MORI, Victor Hugo *et alli* (org), *Patrimônio: atualizando o debate*, São Paulo: IPHAN, 2006. pp. 117-138.

ORAN, E., “The Adaptive System of the Amazonian *Caboclo*”. In WAGLEY, C. (ed.), *Man in the Amazon*. Gainesville: University of Florida Press, 1974.

_____, *A ecologia humana das populações da Amazônia*, Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

NAHMAD, S. *La perspectiva de etnias y naciones: Los Pueblos indias de América Latina*, Quito: Ediciones Abya-Yala, 1996.

NOVAIS, Fernando Antônio, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo: Hucitec, 1983.

NOVAIS, Fernando Antonio (coord.) e MELLO E SOUZA, Laura de (org.), *História da Vida Privada no Brasil*, volume 1, São Paulo: Cia das Letras, 2001.

OBBERG, Kalervo, "Indian tribes of northern Mato Grosso, Brazil". Vol. 15. Institute of Social Anthropology Publications. Washington: Smithsonian Institution, 1953.

OLIVEIRA, João P. de (org.), *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, Marco Zero, 1987.

ONG, Walter J., *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*, Campinas: Papyrus, 1998.

PARDI, M.L.O., - Frentes de expansão. Seu potencial e impacto sobre o patrimônio arqueológico - o caso da Amazônia Mato-grossense a partir de um reconhecimento da 14. "CR/IPHAN". *Anais da VIII Reunião Científica da SAB*, Porto Alegre. 1995.

PERES, C., "Indigenous reserves and nature conservation in Amazonian forests". *Conservation Biology*, 8, s/d: s/d, 1994. pp. 586-588.

PERES, C. e TERGORGH. J., "Amazonian nature reserves: an analysis of the defensibility stats of existing conservation units and design criteria for the future". *Conservation Biology*, 9, s/d: s/d, 1995. pp. 34-46.

PESEZ, Jean-Marie, "A história da cultura material", in LE GOFF, Jacques, *A história nova*, Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003. pp. 180-215.

PETRULLO, Vincent, "Primitive peoples of Matto Grosso". *The Museum Journal*, XXIII (2), s/d: s/d, 1932. pp. 83-180.

PETTS, G.E., "Impounded rivers". Chichester, UK : John Wiley & Sons Ltd Publishers, 1897.

PRADO Jr, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 16^o.ed, São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1961.

PREBISCH, R. "The Latin American Periphery In The Global System Of Capitalism", UNCLA Review, 1981.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, Universidade de Brasília, 1992.

RAMOS, A. R. F., *Memória das discussões sobre ecoturismo em terras indígenas*. Brasília: Funai, mimeo, 2002.

RAPPAPORT, R. A. 1971. The Sacred in Human Evolution. *Annual Review Ecology System* 2:23-44.

REDFORD, K. H. e STEARMAN. A. M. "Forest dwelling native Amazonians and the conservation of biodiversity: Interests in common or in collision?" *Conservation Biology* 7, s/d: s/d, 1993. pp. 248-255.

REICHEL-DOLMATOFF, G. "Cosmology as an ecological analysis: a view from the rainforest". *Man* 11, s/d: s/d, 1976. pp. 307-318.

RIBEIRO, Darcy, Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno, Rio de Janeiro: Civilização moderna, 1970.

_____, *O processo civilizatório; etapas da evolução sociocultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____, *Configurações histórico-culturais dos povos americanos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____, *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2o. Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RIBEIRO, J. F.; C. E. L. Da FONSECA. 2001. Cerrado: caracterização e recuperação de matas de galeria. Embrapa, Planaltina, DF, 899p.

ROBRAHN, E.M. - Projeto de Pesquisa Arqueológica das UHEs de Serra da Mesa e Cana Brava - Relatório I. IGPA/UCG, Goiânia. Relatório entregue ao IPHAN, 1990.

ROBRAHN GONZÁLEZ, E.M. - Os grupos ceramistas pré-coloniais do Brasil Central: origens e desenvolvimento. *Anais da VIII Reunião Científica da SAB*, Vol. 2, Porto Alegre, :233-248, 1995.

_____, A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central: origens e desenvolvimento. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1996.

_____, O estudo da interação cultural em Arqueologia. *Suplemento n. 3 da Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 1999: 31-34.

_____, Grupos Tupi, em busca da terra sem mal. *Brasil 50.000 anos, uma viagem ao passado pré-colonial brasileiro*. EDUSP/ STJ, Brasília, 2001 a.

_____, Reflexionen ueber den Gebrauch der historischen Analogie in Brasilien. In: A. Gramsch (ed.) *Vergleichen als archaeologische Methode. Analogien in den Archaeologien*, BAR International Series, arbeitgemeinschaft Theorie (T-AG). Berlin, 2000 b: 131-142.

_____, Arqueologia em Perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. In: W. Neves (org.) *Dossiê Antes de Cabral*. EDUSP, São Paulo, 1999-2000 c: 10-31.

_____, As aldeias circulares do Brasil Central. *Brasil 50 mil anos, uma viagem ao passado pré-colonial*. EDUSP, : 35-43, São Paulo. 2001 b.

_____, To whom belongs this past? *Annales XV Congrès de l'Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques*. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. & DE BLASIS, P.A. - Arqueologia do médio vale do Tocantins: pesquisa de salvamento do eixo da UHE Luis E. Magalhães. *Revista de Arqueologia* n. 10, Rio de Janeiro, 1997.

ROCHA, Leandro M. *A marcha para o Oeste*. "Índios do Brasil", Funai, 1992.

RONDON, Cândido Mariano da Silva, *Índios do Brasil, vol. II, Cabeceiras do Xingu, Araguaia e Oiapoque*, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1953.

ROOSEVELT, A. - Arqueologia Amazônica. IN: Carneiro da Cunha, M. (Org.) *História dos Índios do Brasil*, FAPESP/SMC, Cia das Letras, São Paulo, 1992.

ROOSEVELT, Theodore, *Nas selvas do Brasil*, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1948.

SAHLINS, Marshal, *Culture and practical reason*. Chicago: Chicago Univ. Press, 1976.

_____, *Islas De Historia*. Espanha: Gedisa, 1987.

SAID, Edward, *Cultura e Imperialismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____, *Orientalismo*. Espanha: Libertarias, 1990.

SÁNCHEZ, C. "Elementos conceptuales acerca de la cuestión étnico nacional (primera parte)". *Boletín de Antropología Americana; N° 15, s/d: s/d*, 1987.

SCATAMACCHIA, M.C.M. - *Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1981.

SCHMIDT, Max, *Estudos de Etnologia Brasileira*. Rio de Janeiro: CEN, 1942.

SCHMITZ, P.I. - Projeto Paranaíba - Relatório prévio das atividades de campo. *Anuário de Divulgação Científica* ano II n.2 :9-17, Goiânia, 1975.

_____, Arqueologia de Goiás. Sequência cultural e datações de C14. *Anuário de Divulgação Científica* 3/4:1-15. UCG, Goiânia, 1976/77.

_____, Caçadores antigos no sudoeste de Goiás, Brasil. *Estudios Atacameños* 8:16-35, Univ. del Norte, San Pedro de Atacama, 1987.

_____, *Programa arqueológico do MS - projeto Corumbá*. Trabalhos apresentados no VI Simpósio Sul-riograndense de Arqueologia: Novas Perspectivas. PUC/RS, São Leopoldo, 1993.

SCHMITZ, P.I; BARBOSA, A.S. - *Horticultores pré-históricos do Estado de Goiás*. Inst. Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1985.

SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S.; JACOBUS, A.L.; RIBEIRO, M.B. - Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Serranópolis I. Pesquisas, *Antropologia* 44, Inst. Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1989.

SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S.; RIBEIRO, M.B. - Temas de Arqueologia Brasileira n.5 - Os cultivadores do planalto e do litoral. *Anuário de Divulgação Científica* n.9, UCG, Goiânia, 1978/79/80.

SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S.; WUST, I.; MOEHLECKE, S.- Arqueologia do centro-sul de Goiás. Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. Pesquisas, *Antropologia* 32, Inst. Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1982.

SCHMITZ, P.I; BARBOSA, A.S. - *Horticultores pré-históricos do Estado de Goiás*. Inst. Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1985.

SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S.; JACOBUS, A.L.; RIBEIRO, M.B. - Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Serranópolis I. Pesquisas, *Antropologia* 44, Inst. Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1989.

SIMÕES, M.F. - Fases arqueológicas brasileiras 1950-1971. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi* 18, Belém, 1972.

SIMÕES, M.F. & ARAUJO COSTA, F. - Pesquisas arqueológicas no baixo rio Tocantins (Pará). *Revista de Arqueologia* v.4 n.1:11-28, Belém, 1987.

SIMÕES, M.F. & GENTIL CORREA, C. - Pesquisas arqueológicas no baixo Uatamã-Jatapu (Amazonas). *Revista de Arqueologia* v.4 n.1:29-48, Belém, 1987.

SIMÕES, M.F. & MACHADO, A.L. - Pesquisas arqueológicas no lado de Silves (Amazonas). *Revista de Arqueologia* v.4 n.1:49-82, Belém, 1987.

SIOLI, H. *Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. Vozes, Petropolis, 1991.

SMEDLEY, A. "Race" and the construction of Human Identity". En *American Anthropologist*; V. 100, N° 3; Septiembre: American, Anthropological Association, 1998.

SOUZA, Laura de Mello, "Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações", in NOVAIS, Fernando Antonio (coord.) e

SOUZA, Laura de Mello e (org.), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 41-82.

SOINI, P., "Investigaciones en la Estación Biológica Cahuana". *Reporte Pacaya-samiria*, s/d: Universidad Nacional Agraria La Molina. 1995.

SOUZA, R. R.; VOGT, R. C. "Incubation temperature influences sex and hatchling size in the neotropical turtle *Podocnemis unifilis*". *Journal of Herpetology*, 28 (4) s/d: s/d. 1994. pp. 453-464.

SOUZA, Dilermano A. de (org.) *Catálogo da coleção etnográfica IPHAN/UNB*. Brasília: MinC/IPHAN, 1995.

STONE, R. e WEBSTER. K., "Allocating water in the Harvey Basin, Western Australia: A case study in public consultation and multi-objective planning. Proceedings of Workshop on Benefits of and Concerns about Dams – *Case Studies*". International Commission on Large Dams, Antalya, Turquia: s/d, 1999. pp. 241 – 262.

THIEME, Inge, "Karl von den Steinen: Vida e Obra". In: COELHO, Vera P. (ed.), *Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu*. São Paulo: EDUSP, 1993. pp. 35-108.

TODOROV, Tzvetan, *Las morales de la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

_____, *La conquista de América*. Cidade do México: Gedisa Editoria /: Siglo XXI, 2000.

VIALOU, D.- Un nouveau site rupestre au Mato Grosso, l'abri Ferraz Egreja. *Rev. do Mus. Paulista* XXIX: 39-53, USP, 1983/84.

_____, Santa Elina: Fouilles dans un abri rupestre du Mato Grosso, Brésil. *Bulletin de la Soc. Préhistorique Française* 89 (10-12): 407-410, 1987.

VIRILIO, Paul, *A Máquina de Visão*. Trad: Paulo Roberto Pires, Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WARNIER, Jean-Pierre, *Construir a cultura material: l'homme qui pensait avec ses doigts*, Paris: Puf, 1999.

WEBER, Max, "O caráter geral do carisma". *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar 1971. pp. 283-291.

WILBER, Ken, *Um Deus Social. Breve introdução a uma sociologia transcendental*. S. Paulo: Cultrix, 1983.

WOLF, E. *Europa Y La Gente Sin Historia*. Cidade do México: Ed. F.C.E., 1987.

WUST, I. - Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás - tentativa de análise espacial. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1983.

_____, Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área nuclear Bororo entre os rios Vermelho e Garças, MT. *Dédalo*, Publicações Avulsas I:161-171, São Paulo, 1989.

_____, Continuidade e mudança - para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo-Goiânia, 1990.

WUST, I. & SCHMITZ, P.I. - Fase Jataí, estudo preliminar. *Anuário de Divulgação Científica* II (2): 71-93, UCG, Goiânia, 1975.

38.13 Cronograma Físico

O período estimado de trabalho é de dois anos (24 meses). Ao longo deste período estarão sendo dadas prioridades a ações conforme demandas do próprio cronograma da obra, além das demandas científicas inerentes, conforme demonstra a seguir:

